

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Centro de Artes
Curso de Teatro - Licenciatura



Trabalho de Conclusão de Curso

**CENAS DO CÁRCERE: O teatro em busca da reabilitação de pessoas em
situação prisional**

Vinícius Lopes Machado

Pelotas, 2024

Vinícius Lopes Machado

**CENAS DO CÁRCERE: O teatro em busca da reabilitação de pessoas em
situação prisional**

Trabalho de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial para a obtenção de licenciado em Teatro.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vanessa Caldeira Leite

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

M149c Machado, Vinícius Lopes

Cenas do cárcere [recurso eletrônico] : o teatro em busca da
reabilitação de pessoas em situação prisional / Vinícius Lopes Machado ;
Vanessa Caldeira Leite, orientadora. — Pelotas, 2024.
69 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Teatro , Centro de
Artes, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. Teatro e prisão. 2. Teatro do oprimido. 3. Arte - educação na
prisão. 4. Educação transformadora. 5. Ressocialização. I. Leite, Vanessa
Caldeira, orient. II. Título.

CDD 792

Elaborada por Alex Serrano de Almeida CRB: 10/2156

Vinícius Lopes Machado

**CENAS DO CÁRCERE: O teatro em busca da reabilitação de pessoas em
situação prisional**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Teatro, Centro de Artes, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 18 de novembro de 2024

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Vanessa Caldeira Leite (Orientadora), Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas.

Prof.^a Dr.^a Maria Amélia Gimmler Netto, Doutora em Artes Cênicas pela Universidade Federal da Bahia.

Prof.^a Dr.^a Giselle Molon Cecchini, Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

Acredito que os agradecimentos devem se iniciar a Deus e aos grandes mestres nos quais tive contato através de leituras e bate-papos que forneceram materiais suficientes para que a pesquisa avançasse. Sem esses que vieram antes, talvez compreender esse caminho fosse mais complicado. Sou grato pelas universidades públicas que possibilitam uma ponte entre a academia e a comunidade em diferentes contextos.

Agradeço, com todo o meu amor, a minha mãe, Vera Lúcia dos Santos Lopes, na qual sempre sonhou com a minha formação na faculdade, sendo ela uma das razões pela qual eu escolhi esse tema de pesquisa. Mãe de seis filhos, solteira, doméstica, vivendo em uma zona de vulnerabilidade socioeconômica, além da marginalidade presente na comunidade, ela travou lutas diárias para manter os filhos distantes dessa realidade, embora alguns tenham cedido ao vício e a criminalidade. A essa mulher de força e coragem, sou grato. Meses após o início dessa pesquisa ela teve um AVC, e desde então nossas vidas mudaram completamente. Mesmo sem falar e com movimentos mínimos, ela expõe o seu amor de diversas formas, e é nela que encontro coragem e conforto nos dias mais difíceis.

Agradeço ao meu companheiro, Filipe Obelar, que carregou o peso dessa jornada comigo, ouvindo meus lamentos, minhas conquistas, frustrações e as bênçãos que recebi durante a minha formação na UFPEL. A ele devo inclusive a possibilidade de finalizar esse projeto, pois sem o apoio e companheirismo talvez não tivesse levado adiante. Meus agradecimentos estendem também a professora Maureen Nogueira que contribuiu com o material do Vicente Concilio utilizado na pesquisa e também ao encorajamento e apoio para com essa pesquisa.

Agradeço por fim, minha orientadora Vanessa Caldeira Leite, e em nome dela agradeço a todos os mestres e professores que me acompanharam ao longo dessa jornada e que farão parte da banca avaliadora. Sou grato por todo conhecimento compartilhado e registro aqui nos meus agradecimentos a certeza de que minha passagem foi de muito proveito e sucesso. A minha orientadora

eu agradeço a paciência e persistência. Agradeço pela condução e pelo apoio. Embora todas as adversidades que surgiram durante o processo, manteve-se presente e firme ao meu lado.

Resumo

MACHADO, Vinícius Lopes. **Cenas do cárcere:** Teatralidades em busca da reabilitação de pessoas em situação prisional. Orientadora: Vanessa Caldeira Leite. 2024. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Teatro-Licenciatura) – Centro de Artes, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

Este trabalho investiga o impacto do teatro na reabilitação de recuperandos no sistema prisional. A pesquisa examina o teatro como um canal para **aprimorar** a autoconsciência e a expressão criativa dos apenados, promovendo habilidades sociais que facilitem sua reintegração. Além disso, realiza uma crítica ao modelo prisional tradicional, questionando a eficácia das práticas punitivas, que frequentemente reforçam a marginalização e contribuem para a reincidência. Desenvolvida na APAC de Pelotas, onde o ambiente humanizado permitiu aos participantes explorar suas histórias e emoções de forma segura, a pesquisa aponta para a importância das penas alternativas. Em vez de focar apenas na privação de liberdade, o estudo defende uma abordagem transformadora e relacional que prepare os recuperandos para a vida em sociedade. Ao sensibilizar o sistema prisional, ONGs e a sociedade civil, o trabalho propõe um novo caminho para a reintegração social, fundamentado no desenvolvimento humano e na redução dos ciclos de reincidência.

Palavras-chave: Teatro e Prisão; Teatro do Oprimido; arte - educação na prisão; educação transformadora; ressocialização.

Abstract

MACHADO, Vinícius Lopes. "Scenes from Incarceration: Theatricality in Search of Rehabilitation for Incarcerated Individuals." Advisor: Vanessa Caldeira Leite. 2024. 68 pages. Bachelor's Thesis (Theatre - Teaching Degree) – Center of Arts, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2024.

This study investigates the impact of theatre on the rehabilitation of individuals within the prison system. The research examines theatre as a channel for enhancing the self-awareness and creative expression of inmates, fostering social skills that facilitate their reintegration. Additionally, it provides a critique of the traditional prison model, questioning the effectiveness of punitive practices that often reinforce marginalization and contribute to recidivism. Conducted at the APAC of Pelotas, where a humanized environment allowed participants to safely explore their stories and emotions, the research highlights the importance of alternative sentencing. Instead of focusing solely on the deprivation of liberty, the study advocates for a transformative and relational approach that prepares inmates for life in society. By raising awareness within the prison system, NGOs, and civil society, the work proposes a new path for social reintegration, grounded in human development and the reduction of recidivism cycles.

Key word: Theater and Prison; Theater of the Oppressed; art education in prison; transformative education; resocialization

Lista de abreviaturas e siglas

APAC	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
FBAC	Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados
FUNAP	Fundação de Amparo ao Preso Prof. Manoel Pedro Pimentel
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LEP	Lei de Execução Penal
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PFC	Penitenciária Feminina da Capital
TO	Teatro do Oprimido

Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: O SISTEMA PRISIONAL	15
1.1 O sistema APAC de reabilitação	22
CAPÍTULO 2: TEATRO NA PRISÃO.....	28
2.1 Teatro na Prisão: um encontro com a “liberdade” criativa	35
CAPÍTULO 3: O HOMEM SEM AS CELAS	55
CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICES	67

“Diz-se das águas do rio que são violentas.
Nada se diz das margens que as comprimem”.
(Bertolt Brecht).

INTRODUÇÃO

Com este estudo objetiva-se refletir sobre o impacto gerado em recuperandos do cárcere e no próprio sistema prisional quando o teatro encontra a realidade desses indivíduos que cumprem pena no presídio e, ainda, provocá-los a pensar sobre o antes, o durante e o que se estima para o pós-cárcere.

O propósito central desta pesquisa consistiu em investigar estratégias para empregar o teatro como meio de aprimorar a consciência corporal, vocal e reflexiva dos indivíduos sentenciados, buscando potencializar sua expressão criativa e habilidades interpessoais, por meio da expressão teatral. Através das experiências proporcionadas pelo jogo dramático e teatral se construiu um ambiente para que os recuperandos refletissem e analisassem suas relações com os espaços que irão ocupar, sejam profissionais, familiares ou sociais, investigando os impactos dos seus atos e as estratégias de enfrentamento que poderão recorrer quando se virem diante dos desafios sociais, consequências da sua passagem pela prisão.

Foi realizada a apresentação das “Técnicas Introspectivas” de Augusto Boal, parte fundamental do Teatro do Oprimido, onde a pesquisa proporcionou ao grupo de aproximadamente 40 homens, com idades entre 20 à 65 anos de idade, um momento para a reflexão e autoconhecimento, sendo esses aspectos

essenciais no processo de reabilitação (Boal, 1996). Essas técnicas unidas ao espaço fornecido pela APAC¹ e pela estrutura assistencialista e humanista, permitiu aos participantes explorarem suas emoções, vivências e identidades de forma segura e criativa, promovendo um diálogo interno que favoreceu um caminho para a compreensão de suas próprias histórias.

Este trabalho de pesquisa buscou sensibilizar principalmente três instâncias sociais: os recuperandos do cárcere, o sistema prisional e as Organizações Não Governamentais (ONGs) e/ou entidades que trabalham com a recuperação de apenados, e a sociedade civil. A pesquisa busca sensibilizar os apenados a reverem seu passado e a pensarem sobre o presente e o futuro através da linguagem teatral, experiências estéticas, sensoriais, cognitivas, educacionais, catárticas e socioculturais. Diante dessas experiências os apenados refletiram sobre moral, ética, empatia, e por meio do teatro experimentaram diversos papéis sociais e estruturais existentes na nossa sociedade.

Aliando-se ao projeto da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), a pesquisa busca defender e aliar-se a uma ideia de pena alternativa que vai para além da privação da liberdade e a marginalização eterna desses corpos. A pesquisa argumenta e apresenta um possível caminho que possibilite a preparação e a recuperação do apenado para posteriormente retornar à sociedade, além de discutir sobre os antigos e novos métodos de punição, questionando sua eficiência para os índices de reincidência ao cárcere.

A pesquisa foi realizada na APAC de Pelotas, cobrindo o período de abril de 2023 a outubro de 2024. Durante esse tempo, nossos encontros se dividiram em dois grupos de trabalho distintos, envolvendo, em média, 40 indivíduos no processo. Em fevereiro de 2024, o grupo inicial, composto por 23 pessoas, foi alterado devido a uma reorganização e ajustes internos por parte da APAC. Também enfrentou-se com esse segundo grupo as enchentes registradas em maio de 2024 no Rio Grande do Sul que parou o processo por quase 2 meses.

¹ Todos os sujeitos participantes da pesquisa preencheram o TCLE conforme apêndice 1 e estes documentos estão sobre a guarda do pesquisador.

Com a retomada do trabalhado, nossos encontros seguiram sendo realizados todas as segundas-feiras, das 19h às 20h, no auditório da APAC. O trabalho realizado deve entretanto ser constante, pois atividades artísticas e sociais isoladas não geram o impacto esperado, por isso, o projeto segue ativo e se aprimorando. O espaço onde as atividades acontecem é um auditório com boa acústica, piso de madeira adequado para dinâmicas de teatro. Trata-se de um ambiente reservado, sem a presença de vigilância durante os encontros, permitindo que o grupo participe integralmente. Ao final de cada encontro, todas as atividades realizadas e o número de participantes são registrados em um livro de ponto, mantido pela instituição, garantindo a documentação sistemática de cada sessão.

Não cabe neste estudo julgar ou se posicionar com relação à veracidade ou grau de sentenças, mas, sim, mobilizar os apenados, o sistema prisional e a sociedade sobre as condições determinadas para a recuperação e reintegração do sujeito à sociedade. Deste modo, independente do crime cometido e da possibilidade de um retorno do apenado à sociedade, a intenção desta pesquisa foi a de contribuir para amenizar os impactos do cárcere e proporcionar ao recuperando estratégias para controlar impulsos, expressar-se corretamente, com leveza e confiança, para que assim a culpa e os gatilhos emocionais não tomem o controle das diversas situações na qual ex apenados são submetidos no seu retorno.

Esta pesquisa está estruturada em três capítulos, com dois subcapítulos. No Capítulo 1, abordaremos o sistema prisional e as condições de punição praticadas nas prisões, com um subcapítulo dedicado à APAC Pelotas. Nele, apresentamos o trabalho realizado na instituição e analisamos como essa alternativa de pena tem contribuído para a redução dos índices de reincidência.

O Capítulo 2, intitulado “Teatro na Prisão”, explora o uso do teatro em contextos prisionais, destacando contribuições de autores e educadores que trabalham com o tema. Neste capítulo, também há um subcapítulo onde compartilho meu contato direto com o teatro nas prisões, incluindo relatos e experiências vividas, além dos métodos aplicados ao longo do trabalho com os recuperandos. Por fim, o Capítulo 3, intitulado “O Homem sem Celas”, apresenta os resultados da pesquisa. Neste capítulo também relata o surgimento de um

outro projeto para continuidade deste trabalho, a partir do contato entre a pesquisa e a APAC.

CAPÍTULO 1: O SISTEMA PRISIONAL

A situação nos presídios brasileiros é um reflexo sombrio de uma longa história de controle e repressão sobre os corpos dos detentos. É possível que a desestruturação do sistema prisional se dê pela falta de fé sobre a reabilitação do condenado, pelas prioridades políticas e sociais, pelo desinteresse ou pelo medo por parte da própria sociedade civil. Contudo, é importante entender que os impactos desta negligência, sobre essa parcela específica da população, criam indicadores preocupantes para a economia e a segurança no nosso país. Para uma ação mais efetiva no processo de recuperação, comprehendi que para além da ocultação e privação destes indivíduos, é necessário estudar sobre políticas e métodos de reabilitação para o desenvolvimento dos condenados. Desta forma, evitariámos reincidências ou a formação de criminosos ainda mais inteligentes e desenvolvidos para o crime.

O ambiente carcerário é marcado pela superlotação, violência e condições desumanas no nosso país, perpetuando uma cultura de opressão que reduz os indivíduos a meros corpos a serem dominados e subjugados e privados da sua liberdade. Essas condições são elencadas no site da “*Conectas Direitos Humanos*”, onde diz que no Brasil são disponibilizadas 482,9 mil vagas no sistema e em média 649, 6 mil apenados. Ao contrário do que consta em seu objetivo, o sistema prisional, está longe de promover a reabilitação e dar condições ao sujeito de ser reintegrado à sociedade, ele apenas reforça a

marginalização e a desumanização dos presos, transformando suas vidas em uma luta diária pela sobrevivência dentro dos presídios.²

Michel Foucault, em seu livro “Vigiar e Punir” (1987), nos provoca a pensar que embora a pena tenha evoluído de tortura física direta para a perda de direitos e liberdade, os castigos físicos e as privações ainda são comuns. A redução alimentar, a privação sexual e as condições desumanas são parte integral do sistema penitenciário como um todo, não apenas consequências não intencionadas. Segundo Foucault (1987), no século XIX, a crítica ao sistema prisional apontava que os detentos, apesar de encarcerados, muitas vezes sofriam menos do que os pobres e operários livres. Essa situação causava incômodo para a sociedade da época que não conseguia lidar com a parcela da sociedade que pagavam por crimes cometidos.

Ainda hoje colhemos o impacto causado pelo foco da discussão que não é a reabilitação do condenado e sim a preocupação em garantir uma sentença cruel e punitiva. Desde o século XIX, a população carcerária no Brasil cresceu de maneira alarmante. Em 1990, o país tinha cerca de 150 mil presos, enquanto em 2021 esse número ultrapassou 800 mil, conforme dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)³. Essa ascensão levanta questões cruciais sobre a eficácia das políticas de reabilitação e reinserção social dos recuperandos.

Embora leis como a Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210/1984 prevejam a reabilitação dos condenados, a discussão acerca dessas políticas na sociedade civil é escassa. Projetos existentes, como o da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), que visa a capacitação de apenados, busca a valorização da dignidade humana, o trabalho, o apoio psicológico e a educação com foco na reabilitação do apenado, funcionando como uma alternativa ao sistema prisional tradicional. Projetos como estes, são

² Disponível em: https://www.conectas.org/noticias/regras-de-mandela-os-problemas-do-sistema-carcerario-brasileiro?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw3bm3BhDJARlsAKnHoVUMv3T0tJPzpJHs9sccgWL7GztdIdHvH3SGTfVurnxzl-aPTYcmMaAhfsEALw_wcB Acesso em: 17 out. 2024.

³ Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-2-semestre-de-2023.pdf> Acesso em: 17 out. 2024

pouco divulgados e enfrentam resistência. Uma pesquisa realizada, em 2020, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁴ indicou que 65% da população acredita que os presos não têm chances de se reabilitar.

O essencial da pena que nós, juízes, infligimos não creiais que consista em punir; o essencial é procurar corrigir, reeducar, “curar”; uma técnica de aperfeiçoamento recalca, na pena, a estrita expiação do mal, e liberta os magistrados do vil ofício de castigadores. Existe na justiça moderna e entre aqueles que a distribuem uma vergonha de punir, que nem sempre exclui o zelo; ela aumenta constantemente: sobre esta chaga pululam os psicólogos e o pequeno funcionário da ortopedia moral (Foucault, 1987, p. 14).

Essa realidade brutal, do sistema prisional, afeta profundamente a saúde física e mental dos detentos, e daqueles que trabalham ou possuem de alguma forma contato com o sistema. Centralizando a discussão em quem protagoniza o estudo, os detentos são frequentemente expostos a abusos, tortura e negligência. Além disso, a falta de acesso a cuidados médicos adequados e a insalubridade das instalações agravam a vulnerabilidade dos presos, perpetuando um ciclo de sofrimento e exclusão que ecoa as práticas históricas de controle social e da punição conforme conta Nicaela Olimpia Machado e Isaac Sabbá Guimarães na pesquisa intitulada “*A Realidade do Sistema Prisional Brasileiro e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana*”.(Machado e Guimarães,2014).

Ao invés de oferecer um caminho para a reintegração social, o sistema carcerário brasileiro se configura como um mecanismo de controle, onde o corpo do detento é tratado como uma propriedade do estado, privada de dignidade e direitos básicos. Conforme citam Machado e Guimarães (2014), contrariando o que já estabelecido na Lei de Execução Penal nº 7.210/1984 em seu art.10 que dispõem:

art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso. (BRASIL, 1984).

⁴Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7510/1/RP_Reincid%C3%A3ncia_2015.pdf

Acesso em: 10 set. 2024.

Diante do exposto, entende-se que parte do estado a responsabilidade sobre o processo e a execução da pena, sendo que o foco além da privação da liberdade é a de desenvolver e provocar o detento sobre sua reabilitação e reintegração, fornecendo a assistência, a dignidade e as oportunidades para que assim o sujeito não reincida ao cárcere. No artigo intitulado “A realidade do sistema prisional brasileiro e o princípio da dignidade da pessoa humana”, Machado e Guimarães (2014) citam Paulo Queiroz:

O fim da pena era a prevenção eficaz da prática de novos delitos, baseado na individualização de cada infrator, sendo que a missão da pena para os ocasionais, não seria a penalização, mas sim advertência, para os que necessitem de correção, seria a ressocialização com a educação durante a execução penal, e para os incorrigíveis seria a penalização por tempo indeterminado, ou seja, até que não reste dúvida da recuperação do infrator (Queiroz, 2008, apud Machado e Guimarães, 2014, p.572).

Segundo um artigo publicado pela “Conectas Direitos Humanos”, em 2024, uma organização não governamental brasileira do tipo associação civil sem fins lucrativos, reconhecida legalmente como organização da sociedade civil de interesse público, diz que o Brasil vive uma crise profunda no sistema prisional que está sofrendo com o encarceramento em massa, com as condições desumanas, superlotação de celas, falta de assistência médica e especializada, além de violações a diversas sistemáticas dos Direitos Humanos. No artigo da “CONECTAS”, somos apresentados às regras de “Mandela”⁵, que nada mais é do que um conjunto de normas internacionais adotadas pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) para garantir um tratamento humano e digno às pessoas encarceradas.

No sistema prisional moderno, já estabelecido um conjunto de regras e normas, observamos uma negligência com as condições já pré-estabelecidas

⁵ Originadas da experiência de Nelson Mandela, que passou 27 anos na prisão durante o apartheid na África do Sul, essas regras foram criadas para assegurar que pessoas encarceradas sejam tratadas com respeito à sua dignidade e direitos fundamentais. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/regras-de-mandela-os-problemas-do-sistema-carcerario-brasileiro> Acesso em 17 out. 2024

judicialmente com a contribuição de organizações como a “Conectas”. É relevante para a pesquisa entender mais sobre essa negligência, uma vez que o sistema prisional falha no tratamento e na recuperação do apenado, e ainda contribui para o desenvolvimento criminoso uma vez que independente do crime cometido, eles precisam dividir celas com pessoas que cometem outros crimes, com penas mais graves, que hierarquicamente nesta “cadeia disciplinar” são maiores, mais perigosas e com um alto índice de reincidência.

O autor Julio Fabbrini Mirabete (2008) diz que o sistema carcerário brasileiro, revela-se ineficaz em sua suposta missão de ressocialização, funcionando, na prática, como um mecanismo que agrava a marginalização dos detentos. Em vez de promover a reintegração social, as penitenciárias acabam aprofundando a desconexão dos indivíduos com a sociedade, tornando-os ainda mais vulneráveis à reincidência criminal. A contradição desse modelo repressivo evidencia a necessidade urgente de reformulação do sistema, priorizando políticas que enfocam a educação, a capacitação profissional e a dignidade humana, fatores essenciais para a verdadeira reinserção social. É o que diz Julio Fabbrini Mirabete quando fala sobre o sistema carcerário e a contradição da ideia de reabilitação (2008).

A falência de nosso sistema carcerário tem sido apontada, acertadamente, como uma das maiores mazelas do modelo repressivo brasileiro, que, hipocritamente, envia condenados para penitenciárias, com a apregoada finalidade de reabilitá-lo ao convívio social, mas já sabendo que, ao retornar à sociedade, esse indivíduo estará mais despreparado, desambientado, insensível e, provavelmente, com maior desenvoltura para a prática de outros crimes, até mais violentos em relação ao que o conduziu ao cárcere (Mirabete, 2008, p. 89).

A citação de Mirabete (2008) expõe ainda uma crítica contundente à hipocrisia intrínseca do sistema carcerário brasileiro, que, sob o pretexto de reabilitação, na verdade, perpetua um ciclo de exclusão e criminalidade. Ao invés de cumprir sua função ressocializadora, o sistema prisional atua como uma “máquina” de produzir criminalidade, deixando os detentos em condições sub-humanas, sem acesso à educação, ao trabalho ou apoio psicológico.

No art. 88 da Lei de Execução Penal informa que o condenado será alojado em uma cela individual que conterá dormitório, aparelho sanitário e

lavatório com uma área mínima de 6 metros. Realidade essa que na prática está totalmente em desencontro da teoria vigente nas leis. Do mesmo modo, não é cumprido o que está previsto no art. 83 “*o estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva*” (Brasil, 1984).

A falência do modelo repressivo é evidenciada pela reincidência criminal, que não é um fracasso individual dos ex-presidiários, mas sim um sintoma de um sistema que negligencia a dignidade humana e reforça a marginalização. Essa dinâmica cria um ambiente onde o crime se torna uma estratégia de sobrevivência e, ao retornar à sociedade, o ex-detento, já marcado pelo estigma, encontra poucas oportunidades legítimas de reintegração, levando-o frequentemente de volta ao ciclo de violência e criminalidade. Assim, o sistema não apenas falha em sua missão de reabilitação, mas agrava o problema que deveria resolver, tornando-se uma das maiores mazelas da segurança pública no Brasil (Mirabete, 2008).

É importante destacar que o Objetivo da Lei de Execução Penal é fazer com que o criminoso cumpra sua pena e que ao cumprir o mesmo não venha cometer outro delito. Por isso, o intuito de ressocializar o preso para que o indivíduo tenha uma nova chance de permanecer na sociedade, porém fazer com que o mesmo não seja reincidente, ou seja, não venha a praticar nenhuma ilicitude novamente (Machado e Guimarães, 2014, p. 578)

Foucault (1987) compara duas referências de punição, com menos de um século entre uma e a outra, sendo uma pautada diretamente e explicitamente na punição do corpo físico, com torturas, desmembração e humilhação em público. Já na outra, de maneira mais velada e util, castigá-los com trabalho, privação da liberdade, vigiados e submetidos a leituras e orações que possuem como intuito comovê-los e fazer com que se arrependam dos seus crimes muitas vezes por meio da fé cristã. (Foucault, 1987, p. 12).

A verdade é que as condições dos presídios não oferecem as condições ideais para que se faça cumprir as normas, para que assim se fuja da teoria e se ponha em prática as políticas já existentes, e as regras estabelecidas, tampouco fazer a gestão positiva de presídios que sofrem com a falta de recurso e com a

superlotação. Mais de um século nos separa dos meios primitivos de punição, porém, com os atuais índices de criminalidade e com a possível falha na educação básica, o quantitativo carcerário talvez seja maior do que a vontade política de cuidar das condições deste público específico da sociedade (Conectas, 2023).

Embora a Lei de Execução Penal nº 7.210/1984 garanta ao preso a devida assistência, hoje o sistema prisional brasileiro sofre com a superlotação, com a ausência de assistência médica, precariedade na alimentação e a falta de higiene que acaba desencadeando diversas doenças. Esses fatores geram para o corpo e mentes reclusas, diversas consequências a curto, médio e longo prazo. Conforme Machado e Guimarães (2014) discutem, essa situação carcerária não afeta somente o condenado como também as pessoas que estão em contato com a realidade carcerária de alguma forma.

Seguindo as regras de Mandela, que são regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos, destaca-se em especial a de número 12 que trata das acomodações:

As celas ou quartos destinados ao descanso noturno não devem ser ocupados por mais de um preso. Se, por razões especiais, tais como superlotação temporária, for necessário que a administração prisional central faça uma exceção à regra, não é recomendável que dois presos sejam alojados em uma mesma cela ou quarto. 2. Onde houver dormitórios, estes deverão ser ocupados por presos cuidadosamente selecionados como sendo capazes de serem alojados juntos. Durante a noite, deve haver vigilância regular, de acordo com a natureza do estabelecimento prisional (Conselho Nacional de Justiça, 2016, p.23).

A realidade no contexto brasileiro é assustadoramente diferente do que está previsto no plano de Mandela. Atualmente, sofremos em todo território brasileiro, em especial nos presídios centralizados e nas regiões metropolitanas, com uma superlotação que impede o processo de ressocialização e potencializa a corrupção e a ampliação de facções (Conectas, 2023). Os dados fornecidos pelo governo federal atualmente apontam 649 mil pessoas privadas de liberdade e apenas 482 mil vagas disponíveis no sistema. Dados que nos revelam um desafio não somente orçamentário, como de políticas públicas e de gestão sobre

esses espaços. Imagine que você adote um plano de ação que consiste na recuperação por meio da educação, do trabalho e da fé conforme previsto, mas você não tem espaço, insumos, profissionais capacitados, verba, ou se tem está restrito a vinte pessoas, sendo que o seu grupo está entre 60 a 70 reclusos.

Independente dos recursos disponibilizados, espaço ou qualquer outro material que auxilie o sistema prisional ao tratamento deste recluso, cabe ao estado assumir a responsabilidade de combater crimes, isolando um criminoso da sociedade e através da prisão fazer com que “ele” deixe de ser um risco para a população.

A falência de nosso sistema carcerário tem sido apontada, acertadamente, como uma das maiores mazelas do modelo repressivo brasileiro, que, hipocritamente, envia condenados para penitenciárias, com a apregoada finalidade de reabilitá-lo ao convívio social, mas já sabendo que, ao retornar à sociedade, esse indivíduo estará mais despreparado, desambientado, insensível e, provavelmente, com maior desenvoltura para a prática de outros crimes, até mais violentos em relação ao que o conduziu ao cárcere Mirabete, 2008, p. 89).

1.1 O sistema APAC de reabilitação

Durante o levantamento de possíveis ações a serem realizadas com o teatro no cárcere, descobri a existência da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC). A descoberta desta organização me alertou sobre a existência de projetos com foco na reabilitação dos apenados e a partir deste momento, comprehendi que ali seria possível realizar um trabalho mais aprofundado no estudo do teatro e também provocá-los com as questões que permeiam a pesquisa. Também entendi que embora existentes, estes projetos são pouco divulgados e sofrem com a falta de apoio e voluntariado, uma vez que associações como a APAC existem graças às mãos de pessoas que creem na transformação do apenado.

O teatro por meio de jogos teatrais, reflexões e dramaturgias, iria somar-se às muitas atividades realizadas por voluntários na APAC e, possivelmente, contribuir para criar vias possíveis na reintegração dos recuperandos e condenados à sociedade.

O teatro é a primeira invenção humana e é aquela que possibilita e promove todas as outras invenções e todas as outras descobertas. O teatro nasce quando o ser humano descobre que pode observar-se a si mesmo: ver-se em ação. Descobre que pode ver-se no ato de ver - ver-se em situação" (BOAL, 1996, p. 27).

A citação de Boal (1996) destaca que o teatro, como uma invenção primordial, permite ao ser humano observar a si mesmo e suas ações, promovendo um espaço de reflexão e autoanálise. Quando o recuperando assume o protagonismo em seu processo de recuperação, ele se coloca na posição de observador de sua própria trajetória. Esse exercício de autoconhecimento possibilita uma compreensão mais profunda de suas motivações e vivências. Ao refletir sobre suas experiências, o recuperando não se limita a ouvir opiniões externas, por mais nobres que sejam, mas busca respostas que emergem de seu próprio íntimo. Assim, ele constrói um entendimento genuíno de sua realidade, o que confere maior credibilidade e eficácia ao processo de reabilitação. Essa dinâmica não apenas enriquece sua jornada, mas também transforma a maneira como ele percebe suas ações e as situações que enfrentou, promovendo uma verdadeira reconstrução de sua identidade e propósito.

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) é uma entidade civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, que oferece uma alternativa ao sistema prisional tradicional. Fundada em 1972 em São José dos Campos, São Paulo, a APAC tem como missão promover a humanização das prisões, mantendo a finalidade punitiva da pena e buscando evitar a reincidência criminal.

Segundo a atual presidente da APAC Pelotas, Gilda Satte Alam, "é possível compreender a ação da APAC sob três ideias: proteger a sociedade, socorrer a vítima e promover a justiça restaurativa." Com disciplina, amor e confiança, a APAC vê o homem além do rótulo de "criminoso". A presidente complementa: "O homem é pai, filho, irmão, e não se resume ao criminoso. Ele está na condição de criminoso, como um estado temporário."

Reconhece-se que os indivíduos acolhidos pela APAC cometeram crimes e foram responsabilizados por suas ações, cumprindo uma pena que, onde todos compreendemos ser finita, e também por isso deve ser acompanhada por um

processo de reabilitação. Essa reabilitação é fundamental, pois esses indivíduos, em algum momento, serão reintegrados à sociedade. A proteção da sociedade civil requer uma abordagem que vá além da mera exclusão e privação de liberdade. Ao negligenciar o processo de reabilitação e afastar os condenados do convívio social, a sociedade corre o risco de enfrentar novamente as consequências de suas ações. Portanto a APAC acredita que a pena não deve se limitar a um simples ato de exclusão, mas sim incluir a promoção de uma reintegração efetiva e responsável.

No município de Pelotas iniciou com apenas 2 recuperandos, mas o planejamento do projeto iniciou antes mesmo de 2017, onde foi cedido pelo governo do estado um terreno na avenida Presidente João Goulart, mas ainda sob a regência do governador Eduardo Leite, em 2020 foi assinado o plano de expansão para 20 recuperandos. Esse número poderá crescer para até 200 recuperandos ativos nos próximos dois anos⁶.

Com o compromisso entre o governo do estado e a prefeitura de Pelotas firmados, o projeto APAC amplia-se, ganhando uma proporção significativa, mudando vidas e transformando histórias através de uma pena humanizada que, consequentemente, configura-se em uma ruptura no ciclo criminal fornecendo dados positivos para a recuperação de presidiários. De acordo com dados da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), mais de 6 mil pessoas cumprem penas em Apacs, nos regimes fechado, semiaberto e aberto. De acordo com o FBAC, enquanto a reincidência dos presídios tradicionais chega em 80%, o sucesso no processo de recuperação do apenado nas APAC's prevê um número extraordinário. A reincidência nesses casos é de 13,9%, podendo chegar nas APAC's femininas em apenas 2,84%⁷.

⁶ Informação disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/pelotas-abre-primeira-casa-prisional-com-modelo-apac-do-interior-do-estado> Acesso em: 10 out. 2024.

⁷ Informação disponível em:
<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2022/23102022-Apac-a-dignidade-como-ferramenta-de-recuperacao-do-preso.aspx#:~:text=O%20cometimento%20de%20crimes%20ap%C3%B3s,ressocializa%C3%A7%C3%A3o%20se%20tornar%20realmente%20efetiva>. Acesso em: 10 out. 2024.

Em uma cerimônia realizada no dia 3 de agosto de 2020 para a ampliação do projeto APAC no município de Pelotas, o governador do estado do Rio Grande Do Sul, Eduardo Leite, afirma que o modelo APAC é:

sobre não desistir das pessoas. O caráter do sistema penal já pressupõe que o poder público faça com que alguém que cometeu um crime cumpra a sua pena, com restrição de liberdade, mas também que exista o resgate dessas pessoas.⁸

Na cerimônia o governador do estado também destacou que:

Fico especialmente entusiasmado com a APAC, porque ela tem um método bem estruturado para promover a recuperação e a reintegração ao convívio social dos apenados de forma humanizada e com autodisciplina, promovendo uma sociedade mais tranquila para todos nós.⁹

A APAC fundamenta-se em princípios e métodos que visam a recuperação dos condenados através da humanização da pena. Primeiramente, a APAC acredita que o preso deve ser tratado com dignidade e respeito, o que é essencial para a recuperação e reintegração do condenado na sociedade. Em segundo lugar, a participação da comunidade local é um elemento-chave no processo de recuperação, oferecendo apoio moral, material e social aos condenados.

Além disso, o trabalho voluntário é incentivado dentro da instituição, promovendo a solidariedade e a responsabilidade social, neste caso, através da possibilidade de um voluntariado foram abertas as portas e desde o primeiro momento foi nítida a carência e a necessidade de contato e conteúdo para além da privação social. A organização é movida por seus voluntários e no município, um grupo ainda pequeno é responsável pelas atividades. Este grupo é formado por pessoas que acreditam na recuperação e que também enfrentam preconceitos quando tem seu trabalho relacionado ao cárcere.

A APAC está profundamente interessada nos talentos e na boa vontade dos seus voluntários para agir e contribuir com essa transformação. Entende-se

⁸ Informação disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/pelotas-abre-primeira-casa-prisional-com-modelo-apac-do-interior-do-estado> Acesso em: 10 out. 2024.

⁹ Informação disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/pelotas-abre-primeira-casa-prisional-com-modelo-apac-do-interior-do-estado> Acesso em: 10 out. 2024.

que os métodos castigo-espetáculo ultrapassados e nada eficazes em boa parte do mundo foram descontinuados, mas em contramão a evolução punitiva, privar e abafar o sistema e a prisão não contribuem para a reinserção de apenados à sociedade (Foucault, 1987).

Fazer do tema um “tabu”, cria um desinteresse em novas ações voluntárias que poderiam mudar a realidade de muitos apenados. O espetáculo da punição dá lugar a uma verdade selada. Não estamos nós preparados para encarar nossos pecados, crimes e culpa. Não estamos nós preparados a perdoar, ajudar e buscar compreender quando o assunto são indivíduos no estado criminoso. (Foucault, 1987).

Outro princípio na APAC importante de ser citado, é a autogestão, onde os próprios condenados, sob supervisão, são responsáveis pela gestão de muitas das atividades dentro da instituição. Isso promove a responsabilidade e a autossuficiência entre os recuperandos.

A APAC também enfatiza a valorização humana, destacando a importância de valores como ética, respeito ao próximo, e a importância da família e da religião, sendo a fé um dos principais pilares desenvolvidos no dia-a-dia dos recuperandos, independente de sua religião. Operando em um modelo de regime fechado em Pelotas, onde os condenados são chamados de "recuperandos", a APAC fornece uma estrutura que estimula, provoca e acolhe o recuperando.

Nesse contexto, eles têm a oportunidade de trabalhar, estudar e participar de atividades de ressocialização. A instituição foca na recuperação e reintegração dos presos por meio de métodos que envolvem; Educação, pois são oferecidos cursos regulares e profissionalizantes; Trabalho quando os apenados são envolvidos em atividades laborais, dentro ou fora da instituição; Espiritualidade pois é incentivada à prática religiosa, independentemente da religião; Assistência Jurídica em que oferece o apoio legal para questões judiciais dos recuperandos; Assistência Médica e Psicológica com um forte acompanhamento da saúde física e mental dos condenados.

O método APAC tem mostrado resultados significativos na redução da reincidência criminal. Enquanto a taxa de reincidência no sistema prisional comum brasileiro é alta, a APAC consegue índices muito menores,

demonstrando a eficácia do seu método de humanização e recuperação dos condenados.

Nesse universo de possibilidades, a pesquisa entra para fortalecer e de alguma forma expor as narrativas existentes lá dentro. É possível que o teatro fortaleça ainda mais o projeto e amplie não somente a percepção dos recuperandos, como também da sociedade que ignora uma parcela da sua população. População essa que em algum momento também foi lesada e agredida, que por escolhas, caminhos e atos, falharam consigo, com suas famílias, com o outro e com sua própria comunidade.

A chegada à APAC e os caminhos percorridos desde os acordos com a presidência até o encontro com os recuperandos foram marcados por grande receptividade, carinho e interesse. Ao entrar na instituição em fevereiro de 2023, percebi uma diferença significativa em relação a outros presídios com os quais tive contato enquanto profissional de uma instituição de ensino que também oferece formação para recuperandos. Essa diferença se manifesta já na abertura dos portões e no acolhimento da equipe. Embora existam regras de controle e segurança para os voluntários, além de normas relativas ao uso de equipamentos e às vistorias e registros de entrada e saída, o ambiente da APAC proporcionava uma sensação de segurança e uma “liberdade” que não se encontra nas condições rígidas dos presídios tradicionais.

No capítulo 2 da pesquisa, intitulado “Teatro na Prisão: Matar o criminoso para salvar o homem”, exploraremos a jornada que percorri entre fevereiro de 2023 e outubro de 2024, trabalhando com recuperandos da APAC. Analiso como as técnicas introspectivas do Teatro do Oprimido, desenvolvidas por Augusto Boal, possibilitaram que as narrativas desses recuperandos ecoassem e se tornassem protagonistas de seu processo de reabilitação. Essas experiências não apenas se desenrolaram dentro da sala de teatro, mas também ressoarão em suas vidas após o cárcere, contribuindo para uma transformação significativa em suas identidades e trajetórias.

CAPÍTULO 2: TEATRO NA PRISÃO

Durante o processo de elaboração das práticas, foi necessário refletir sobre os significados do teatro para além do entretenimento, antecipando possíveis estigmas sociais criados sobre essa arte. Foi preciso analisar e refletir sobre qual maneira o teatro poderia contribuir para a reintegração e reabilitação dos recuperandos ao convívio social. As questões que emergiram durante a idealização do projeto eram muito semelhantes às indagações propostas por Vicente Concilio (2005) em sua obra sobre teatro e prisão: “Pode o teatro ser um caminho para a ressocialização e a reabilitação dos recuperandos do cárcere?”; “É possível criar um espaço de confiança, reflexão, transparência e enfrentamento com esses recuperandos?”

Nos primeiros levantamentos da pesquisa, deparei-me com a angústia e a falta de apoio ao manifestar meu interesse por esse tema por parte da sociedade civil. Os desafios que surgiram sobre a escolha de pesquisa se manifestam de diferentes formas conforme o avanço do estudo. Para alguns, o tema trabalha o lado oculto da sociedade, aquele que não deve ser comentado, mas sim punido e excluído, e, de preferência, sem uma oportunidade de retomada da sua liberdade e existência em sociedade. Compreendi que não somente os recuperandos, mas também a sociedade que prefere ocultar esses homens, necessitam entender suas próprias falhas e a sua responsabilidade na formação desses indivíduos. Outro ponto está em reconhecer a falha no processo de reabilitação desses sujeitos que, uma vez

dentro do sistema prisional, voltam ainda mais violentos e inteligentes para o crime, como iremos discutir posteriormente nesta pesquisa. Essas indagações e críticas que surgem durante a idealização do projeto de pesquisa me levou à uma segunda pergunta: A sociedade civil e o sistema prisional acreditam e se interessam na reabilitação dos recuperandos do cárcere?

Entre uma discussão e outra, solicitando sugestões e dialogando com professores da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), percebi que, por se tratar de uma monografia, seria necessário adotar uma abordagem mais realista e deixar algumas idealizações sobre a transformação social de lado. Este seria um tema ainda pouco explorado no curso de Licenciatura em Teatro na UFPEL, constituindo também um campo novo a ser pesquisado por acadêmicos do Centro de Artes em Pelotas.¹⁰ Apresentar essa proposta no Presídio Regional de Pelotas, enquanto artista e acadêmico do curso de Teatro, seria desafiador, considerando que, embora uma cidade universitária, suas raízes são marcadas por um significativo conservadorismo que compromete o interesse de reabilitar aqueles que são marcados a “ferro” como marginais.

O interesse pela pesquisa se reafirma durante minha jornada de trabalho no Senac em Pelotas. Recebo em mãos, uma notícia do Diário Popular sobre as atividades realizadas na APAC. Coincidentemente, o tema no qual a sociedade gostaria de ocultar, ocupava a capa do jornal no já extinto Diário Popular da cidade de Pelotas. Recebo a mensagem como um sinal para persistir. A pesquisa foi marcada justamente pela persistência e pela coragem de todos aqueles que foram envolvidos no processo.

Com isso, vale destacar que Vicente Concilio relata a persistência na qual encenadores e professores de teatro enfrentaram quando optaram trabalhar com o público carcerário, não com os recuperandos, mas com as próprias penitência e com o sistema. Concilio cita a produtora e atriz Ruth Escobar e o diretor

¹⁰ No site Pergamum da UFPEL encontram-se Trabalhos de Conclusão de Curso com a temática sobre presídio, prisão, presos, nos cursos de Graduação em Direito, Administração, Ciências Sociais, Ciências Econômicas e Gestão Pública. Não foram encontradas pesquisas de conclusão de curso na área de Arte. Pesquisa realizada em: <https://pergamum.ufpel.edu.br/> Acesso em 17 out. 2024.

Roberto Lage com a produção do espetáculo “Aqui há ordem e progresso” que ganhou repercussão conforme cita Concilio;

por retratar de forma bem aberta as condições de vida do homem preso: a dificuldade do retorno à sociedade após a prisão, o medo de perder a família, as relações de poder instituídas no espaço prisional, são alguns exemplos da temática sobre o qual o espetáculo versava. (Concilio, 2005, p.1)

A produção do espetáculo foi dada aconteceu em 1980 na Penitenciária Estadual (PE), que fazia parte do complexo do Carandiru, que hoje dá espaço a uma área de Lazer, o Parque da Juventude. Mesmo após a significativa repercussão, e justamente por ela, após alguns incidentes no final do ano por conta de um jogo de futebol, o trabalho de Ruth e dos demais artistas é interrompido e responsabilizado pelo motim. Ruth Escobar foi uma importante atriz e produtora, além de ser uma figura importante para cena do teatro brasileiro. A artista no Brasil, é uma das pioneiras pela luta da liberdade de expressão e uma ativista de resistência cultural durante o regime da ditadura Militar. Em sua época a artista esteve envolvida em diversas montagens que centralizavam temas sociais e políticos de grande relevância e que representam uma reforma também no fazer teatral, como é o exemplo da montagem na PE da peça “Aqui há ordem e progresso”.(Patriota, 2021, p.9)

A direção da PE acusa Ruth de incitar a revolução no presídio e a artista é proibida de retomar o seu trabalho. A resposta da artista para o ocorrido reitera a necessidade de persistência e coragem por parte dos educadores e artistas que procuram trabalhar com o tema. Ruth cria um dossiê da rebelião e documenta os textos produzidos pelo grupo, coleta críticas daqueles que assistiram ao espetáculo e organiza uma série de notícias relacionadas a rebelião e que foram produzidas pela imprensa (Concilio, 2005, p.2)

Outros processos em presídios foram destacados por Concilio, como o da atriz Maria Rita Freire na Penitenciária Feminina da Capital (PFC) que acontecia em 1978 e foi denominado “*Arte como processo de re-criação em presídios*”. O projeto visava a construção coletiva e colaborativa de espetáculos nos quais os temas eram trazidos pelas próprias presas que integravam o grupo. Ambos os trabalhos, tanto de Ruth quanto de Maria Rita foram conduzidos durante o

período da ditadura militar, dentro de instituições construídas para reforçar o silêncio e a coerção, sendo palco de eventos cênicos que representavam os medos, os anseios e principalmente a esperança desses homens e mulheres que não tinham outra saída além de esperar o fim de suas penas conforme cita Concilio em 2005 no seu artigo intitulado “*Teatro e Prisão: O núcleo Panóptico do Teatro e os resultados de um diálogo improvável, mas possível*”. (Concilio, 2005, p.3)

Concilio nos apresenta os desafios e a realidade durante a realização de projetos como este no qual foi realizado com os recuperandos da APAC, mas sobre condições muito diferentes das vividas dentro dos presídios por Concilio, Ruth e Maria Rita. Durante o período de trabalho com presídios dentro do Centro de Observação Criminológica, o COC, que é considerado a ala de segurança máxima do Carandiru, neste processo de revitalização do debate acerca da qualidade de vida oferecida aos presos, nessa ala rígida, estreou o “*Auto da Compadecida*” encenada por homens presos e dirigida por Jorge Spínola, no trabalho que daria origem ao Núcleo Panóptico de Teatro. O então bem estruturado dá trabalho ganhou forças o suficiente para alcançarem o feito de após três apresentações ser apresentado fora das como citado por Concilio “malhas penitenciárias”, reiterando que a persistência e o foco no propósito possibilitou nas mãos de educadores e artistas a ampliação da discussão e a visibilidade de projetos como o Núcleo Panóptico de Teatro para a comunidade penitenciária e a sociedade como um todo (Concilio, 2005, p.4).

Sobre a montagem Suassuna escreveu, em sua coluna no jornal Folha de São Paulo que um dos presos chegou a confessar que, mesmo tendo passado a vida no crime, nunca havia experimentado uma emoção tão intensa quanto a de atuar no teatro. Diante disso, Concilio (2005) compartilha que seu próprio sentimento não foi menor. A questão do castigo sempre o angustiou, e ele relembra as palavras de Cristo para expressar sua profunda compaixão por aqueles que cumprem pena. Para ele, foi gratificante perceber que sua peça trouxe não apenas momentos de alegria, mas também instantes de reflexão, tanto para os detentos que atuaram quanto para aqueles que assistiram. A experiência o transportou de volta à infância, quando, em Tapera, no sertão da Paraíba, acompanhava sua mãe e sua tia para visitar os presos da cadeia local,

um gesto simples, mas carregado da tentativa de aliviar, mesmo que minimamente, o sofrimento daquela realidade.

Ariano Suassuna, autor do Auto da Comadecia de 1995, nasceu em 1927 e faleceu em 2014. O escritor, dramaturgo e poeta brasileiro, traz em suas palavras a dedicação na promoção da cultura nordestina, a criação de uma identidade verdadeiramente brasileira e também a capacidade de misturar o humor com a crítica social que atravessa o público e o leitor de maneira a fazê-los refletir sobre circunstância e realidade de diversos povos. Concilio (2005) cita Goffman (2001) relatando que após o feliz resultado de apresentações das obras de Suassuna como; “O Auto da Comadecida” e “A pena da lei”, a coletividade adentra os espaços penitenciários, permitindo também a integração de artistas externos que possam compartilhar com os presos histórias e reflexões por meio da arte, assim também como transcender as paredes penitenciárias a fim de levar uma mensagem para as comunidades. *“Um presídio prima pela individualização dos que a ele estão submetidos”* relata Concilio (2005) citando Goffman (2001);

ao mesmo tempo que promove uma forte massificação no trato desses seres com as regras, que em princípio todos estão submetidos de modo equânime, promovendo o que Goffman define como mortificação do eu (Goffman, 2001, apud Concilio, 2005, p.5).

Na medida em que se dava a compreensão sobre esses desafios apresentados por Concilio, Ruth, Maria Rita, e Goffman, compreendia que o trabalho necessitaria de um planejamento para possíveis riscos. Vale destacar o momento da visita técnica, após a idealização do projeto, para conversar com a presidente Gilda Satte Alam, que coincidentemente conheci em uma lavanderia 24H semanas antes. A presidente me apresentou nesta visita a estrutura e organização da instituição onde observei um espaço com uma excelente estrutura para os encontros, além da disponibilidade para voluntários no quadro de colaboradores, e o interesse de ter no seu quadro de atividades, o teatro. Um espaço aberto e interessado no encontro do teatro com os recuperandos, reflexo de uma gestão e de uma instituição que carrega os mesmos interesses pelo qual me aproximei deste tema. Organizações como a APAC são estão conectadas no

propósito também a fundações como a Fundação de Amparo ao Preso Prof. Manoel Pedro Pimentel (Funap).

A FUNAP é um órgão vinculado à Secretaria de Assistência Penitenciária (SAP), mantido por recursos públicos e oriundos da venda de produtos e serviços produzidos por presos. Sua principal função é criar articulação entre os setores público e privado, organizações não-governamentais e comunidades, a fim de oferecer trabalho, educação, cultura e assistência jurídica a presos egressos do sistema penitenciário paulista" (Concilio, 2008, p.35)

Essa visita foi de suma importância para compreender a extensão do projeto, e seu vínculo com outras iniciativas que estão preocupadas com a reabilitação do preso e de maneira humanizada buscam reabilitá-lo, para reinseri-lo na sociedade e evitar a reincidência deste recuperando ao cárcere. Objetivo esse atrelado diretamente ao meu interesse e expectativa sobre as consequências do trabalho teatral com recuperandos do Cárcere. A estrutura apresentada pela presidente Gilda, contribui para esse processo, atende necessidades estruturais que auxiliam na imersão e na qualidade dos encontros e humanizam o recuperando que deve valorizar e utilizar aquele espaço como laboratório direto para sua transformação. Uma vez que o espaço e a organização estavam, para minha surpresa, muito bem preparada para receber os encontros, restava apenas levar o material coletado ao encontro do material humano que lá existia.

Embora a capa do jornal fosse sobre a APAC, uma das reclamações da organização em Pelotas era a falta de voluntários para a realização das atividades. Hoje a APAC possui em média 30 voluntários que trabalham com assistência à saúde física e psicológica; alfabetização; oficinas de crochê, poesia, teatro e constelação familiar, além de outras atividades desenvolvidas por voluntários e pelos próprios recuperandos da casa que participam ativamente na construção de conhecimento e habilidades com o coletivo.

Apresentei o projeto e a possibilidade de trabalhar teatro com os recuperandos, em primeiro momento deixando claro que não com a proposta de uma montagem teatral e sim como um caminho na reabilitação esses sujeitos passariam pela experiência estética e sensorial para resgate e redenção da sua

humanidade, consequentemente possibilitando o enfrentamento dos seus atos através de práticas teatrais.

Suas narrativas ganhariam vida fora das celas, dentro de um espaço oferecido pela instituição que está preparada para o trabalho teatral. Embora na proposta utilizássemos o laboratório para as experimentações corporais, vocais e com foco nessas narrativas através dos jogos, os recuperandos estariam naquele espaço com a liberdade de criar e com o protagonismo para agir e decidir sobre possíveis montagens e criações teatrais.

Durante a pesquisa, o projeto esteve sob forte inspiração no trabalho já citado pela pesquisa de Vicente Concilio sobre Teatro em prisões. O autor trabalhou e defendeu uma relação vista por muitos improvável, mas que mesmo neste contexto desafiador, apresentou o teatro como um caminho educacional e transformador (Concilio, 2005).

Na medida em que as camadas do trabalho de Concilio iam surgindo e influenciando a pesquisa, encontra-se outro caminho para experimentações do teatro no contexto prisional. O autor, junto com outros artistas que surgem em sua pesquisa, colaborou no entendimento que, mesmo o teatro surgindo para aqueles homens como a cena, como espetáculo, utilizando de métodos como o do Teatro do Oprimido de Augusto Boal, seria possível a transmissão de conteúdos e a colocação de temas relevantes para essa reabilitação, cumprindo seu propósito provocativo e reflexivo (Concilio, 2005).

Essa proposta envolveu mais do que apenas conhecer o teatro como aquela peça tradicional na qual estamos familiarizados. A proposta foi baseada na oportunidade de enxergar e experimentar novas perspectivas, de refletir sobre suas próprias vidas. O palco, com seu espaço de liberdade e expressão, ofereceu uma chance de escapar temporariamente das limitações do cotidiano prisional, que graças e pelas mãos, olhos e envolvimento de artistas como os já citados; Vicente Concilio; Ruth Escobar; Maria Rita Freira; Goffman; Carlos Alberto Libânio Christo; o próprio Núcleo Panóptico de Teatro e Augusto Boal forneceram discussões ao longo das últimas décadas sobre esse tema para preparar espaços, fundações e projetos como o da APAC, que hoje um estudante de teatro adentrou esse espaço para contribuir com as atividades com uma estrutura mais amparada do que estes mestres enfrentaram. A

energia da ocupação do espaço e da luta pela fixação do teatro poderia então ser redirecionada para o entendimento da vida e história desses recuperandos. Esse tempo ganho permite que o pesquisador e eles explorem possibilidades que até então pareciam distantes durante esse processo de reabilitação. É um convite para olhar o mundo de uma maneira diferente e, quem sabe, encontrar novos caminhos para si mesmos. (Boal, 1996)

Todos os recuperandos do grupo APAC vieram de presídios da região, passaram pela experiência do cárcere em situações extremas, consequentemente, carregavam em seus corpos, nas suas mentes e em seus espíritos, as marcas desse sistema que vigia, isola, pune e não permite a reflexão e a racionalização da condição do indivíduo durante o processo (Foucault, 1987).

Naquele espaço deu-se o estudo sobre essas narrativas e sobre esses corpos. Os encontros revelaram a consequência do tempo, reclusão e afastamento social. A consequência das celas para o corpo e mente e não somente isso, também revelou as consequências da desestruturação social, do poder e influência do ambiente na construção do “ser” e como se dá a formação e construção do estado “criminoso”, partindo da ideia proposta pela APAC de que o indivíduo ESTÁ criminoso e é um ser humano, salva as exceções de transtornos e doenças mentais, a busca pelo ser humano é prioridade, carregando nos encontros a mensagem que se encontra nos ambientes da APAC: “Mata-se o criminoso e salve-se o homem”.

2.1 Teatro na Prisão: um encontro com a “liberdade” criativa

No dia 15 de abril de 2023, tive o primeiro contato com os recuperandos da APAC. Organizei a sala em forma de círculo e, à medida que cada um adentrava o espaço, trocamos apertos de mão, abraços e saudações. Ao observar os recuperandos, que demonstravam grande curiosidade acerca das atividades teatrais a serem desenvolvidas, assim como sobre o que me motivou a ministrar aulas para um grupo de homens privados de sua liberdade em

decorrência de crimes cometidos, percebi que uma postura corporal defensiva e de confronto era comum entre eles.

Essa postura parecia ser uma reação habitual a situações novas, acionando um estado de alerta no grupo. Ao mencionar a palavra "teatro", observei reações distintas: os mais tímidos demonstravam medo de exposição, vergonha e receio de julgamento, enquanto os mais desinibidos brincavam com a situação, exibindo certo entusiasmo, mas também levantando questionamentos quanto aos limites da atividade. Olhares desconfiados, por vezes semicerrados, revelavam a suspeita sobre cada palavra dita e a ansiedade pelo que viria a seguir. Iniciei o diálogo com uma palavra-chave: confiança.

O processo pedagógico dos encontros poderia conduzi-los não apenas à emancipação de suas ideias e à libertação do sofrimento vivido no cárcere, mas também provocá-los a refletir sobre seu desenvolvimento corporal, vocal, criativo e expressivo. É o que diz Concilio em seu livro "Teatro e Prisão: dilemas da liberdade artística" já citado anteriormente, propondo que a "meta" seria provocá-los, sensibilizá-los, fazendo com que o grupo refletisse sobre o poder social, responsabilidade e o impacto de nossas ações em relação ao outro. Era essencial cultivar a confiança deles em meu trabalho e a minha confiança na capacidade criativa deles, assim como a responsabilidade pelo trabalho desenvolvido e a escuta ativa em tudo que lhes fizesse sentido (Concilio, 2008).

Ao encontro dessa compreensão, Concilio (2008) cita Freire e Betto (1986), que acredita que o teatro é um libertar do preso, das características de alienação social adquiridas pelas técnicas punitivas e de produção da prisão.

Este indivíduo entenderia que o que está em jogo é o próprio sentido da existência. Freire e Betto (1986) acreditavam que através do teatro era possível vislumbrar um projeto de vida que ultrapassasse os limites do aprisionamento e transformasse a vida em algo muito maior que o presente e que a culpa (Concilio, 2008, p.39).

O processo de trabalho era, portanto, a dramatização da experiência de vida, materializada na cena improvisada. Em determinado momento ela passava a ser transformada pelos integrantes do grupo, mediante a troca de papéis. Isso possibilita a vivência dos diversos pontos de vista relacionados àquela situação (Concilio, 2008, p.40).

Pensando sobre essa experiência de vida e a vivência dos recuperandos enquanto material didático para os encontros, em “Arco-íris do Desejo”, Boal (1996) apresenta um método potente e provocativo que inspirou diretamente as estratégias utilizadas durante a pesquisa com o grupo de recuperandos da APAC.

O Teatro do Oprimido idealizado por Boal com forte inspiração no trabalho e pesquisa de Paulo Freire, na sua concepção possui três vertentes: *Educação, Social e Terapêutica*, que somados ao método de trabalho da APAC: *disciplina, amor e confiança*, poderíamos conectar a ideia de educação de Paulo Freire que se baseia em uma abordagem *libertadora, dialógica e crítica*, sendo o aluno o centro do processo de sua aprendizagem, promovendo a conscientização dos recuperandos partir de suas próprias vivências (Freire, 1968).

Concluiu-se em primeira instância, que não somente pelo entretenimento, mas para o real enfrentamento do passado, presente e futuro dos apenados foi introduzido e trabalho com o método do Teatro do Oprimido (Boal, 1996)¹¹, em que a culpa foi colocada para o processo de criação e, ao externalizá-la, também tivemos a chance de reconstruir o que a engatilhou. Assim como dizia Freire sobre sua pedagogia do oprimido: “ aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade” (Freire, 1968, p.20).

O teatro também evoca a dor, e, como parte da práxis dos atos cometidos e do tempo no cárcere, os recuperandos passam por um processo doloroso de enfrentamento. Esse processo é essencial para que, em um momento posterior à experiência prisional, possam se libertar do estado "criminoso", invocando o ser humano para além do crime. Dessa forma, tornam-se capazes de se reintegrar ao convívio social, compreendendo e assumindo sua jornada de libertação, mas levando consigo a responsabilidade adquirida durante o cumprimento da pena (Freire, 1968).

¹¹ O Teatro do Oprimido (TO) é um método teatral criado por Augusto Boal na década de 1970, que visa utilizar o teatro como uma ferramenta de denúncia das opressões sociais e políticas. Ele promove a interação entre os participantes, abolindo a divisão entre palco e plateia, permitindo que os "espect-atores" intervenham nas cenas para buscar novas formas de libertação. (Silva, 2014, p. 1)

No jogo do Teatro do Oprimido, as improvisações levaram a temas como a violência; homicídio; desigualdade social; desejos. O grupo viu suas ações expostas e confrontadas pelos próprios colegas que, muitas vezes, assumiram suas atitudes durante o processo. Enquanto plateia, foram convidados para a tarefa de solucionar e propor sugestões para as cenas, tendo a possibilidade de recuperar, refletir e solucionar as situações de violência e agressão, considerando a responsabilidade social e afetiva por seus atos. A verdade é que chegar a esse ponto de expor sua culpa, exigiu do grupo um tempo para amadurecer e confiar nessa relação, eis então o início do nosso processo (Concilio, 2008).

Uma das primeiras falas marcantes de um dos recuperandos do grupo revelou a complexidade de sua jornada compartilhada também pelos demais. Embora estivesse no sistema há alguns anos, sua reflexão sobre os atos passados era marcada por um certo distanciamento. Até pouco tempo atrás, ele hesitava em tocar outro homem, segundo relatado pela direção que acompanha a reabilitação do recuperando. Ele via isso como um ataque à sua masculinidade, uma vulnerabilidade que poderia ser explorada por indivíduos que habitavam aquele espaço. Durante uma conversa em que discutimos alguns acordos, como a importância de se vestir confortavelmente, sentir-se à vontade para fazer perguntas e a ideia de que não haveria certo ou errado em nossos laboratórios, apenas experimentos, ele trouxe à tona uma realidade que pesava sobre todos nós.

Expliquei ao grupo que, para que nossos encontros atingissem os objetivos propostos, era fundamental cultivar uma relação de confiança, transparência e troca genuína. *"Não sou melhor que ninguém aqui"*, eu disse. *"Espero compartilhar a vivência que acumulei ao longo da minha trajetória no teatro, assim como desejo que vocês revelem suas histórias, angústias e alegrias durante nosso convívio. O primeiro passo é CONFIAR."*

A resposta que se seguiu foi direta: *"Com todo respeito, a regra do preso é que quanto menos soubermos um dos outros, melhor."* O grupo concordou, e naquele momento, não havia espaço para insistir na questão da confiança. O que estava claro era que cada um compartilharia apenas o que sentisse necessidade de expor. E, embora essa realidade não me deixasse satisfeito,

percebi que um simples apelo à confiança não era suficiente para que aqueles corpos, sempre em alerta e defensivos, se entregassem ao processo, liberando suas tensões e abrindo-se à possibilidade de confiar.

Neste que seria o primeiro encontro e que se intitulava “*descobrindo o teatro*”, acabou se ressignificando na medida em que as relações se davam na sala. Eu estava descobrindo e aprendendo sobre a vida, sobre as dificuldades, sobre os tormentos, sobre a culpa. Neste encontro revelou-se o protagonista do nosso estudo, que não o teatro, mas sim os seres humanos que habitam o espaço (Boal 1996). Boal, discorre sobre a ideia do que é o ser humano. Ele conclui que ser humano é corpo, e que este corpo é formado por cinco propriedades; É sensível; é emotivo; é racional; é sexuado; é semovente (Boal 1996).

Compreendendo que minha abordagem inicial, de levar os diversos significados e símbolos do teatro e com ele despertar algumas reflexões, apenas atrasou o estudo que tinha como objetivo, reconhecer e refletir sobre as sensações, emoções e memórias registradas nesses corpos. Entendi que os sentidos que compõem esses corpos se inter-relacionam e também refletem sobre a maneira com a qual aprendemos sobre o mundo. Boal exemplifica;

Se ontem um de nós se apaixonou perdidamente, se ontem foi a noite mais bela de nossas vidas, basta hoje pensar no nome da pessoa amada ou lembrar seu rosto, basta um segundo breve, para que todo nosso corpo recomece a tremer como tremeu, porque o corpo lembra o que é bom e sabe o que sentiu. Os sentidos têm memória! (Boal 1996, p.45).

Era preciso recalcular o curso pelo qual os encontros se dariam. Ainda sobre a abordagem inicial, questionei se o grupo já havia assistido a peças teatrais ou interpretado personagens. Foi dado início à uma roda de conversa e ao observar o movimento da sala, durante o debate, percebi que, enquanto um participante falava, os demais demonstravam um interesse genuíno, o que me fez refletir sobre a possibilidade de, assim como a sociedade, eu ter subestimado aquele grupo de homens. Surpreendi-me com o entusiasmo deles em buscar entender o que é o teatro, e com o espanto crescente à medida que a discussão avançava.

Ao apresentar uma das teorias do surgimento do teatro escrita por Margot Berthold em “História do Teatro Mundial” em 1972, onde dizia que um possível surgimento do teatro se dá através das pantomimas e a forma de comunicação no período pré-histórico, um dos participantes, com um olhar que capturou a atenção de todos na sala, questionou: *“Então, o que os homens das cavernas faziam para simular as caças, era teatro?”* Essa indagação provocou uma nova reflexão. Em resposta, desafiei o grupo: *“Estamos aqui, de fato, sendo nós mesmos? Ou, por exemplo, vocês por estarem obrigados a participar, assumem um personagem sério, atencioso e aplicado? Quanto da nossa presença aqui é uma atuação, e quanto é uma adaptação às regras do ambiente?”*.

Para que pudéssemos sair daquele encontro com uma compreensão mais clara do que se configura como teatro e para que eles também reconhecessem a seriedade e o comprometimento deste estudo, que visa ao aprendizado através da brincadeira e da diversão, utilizei uma citação de Augusto Boal em "Arco-Íris do Desejo". Ele nos lembra que o teatro pode ser compreendido como "dois seres humanos, uma paixão e uma plataforma" (Boal, 1996, p. 30).

Para Fernando Peixoto, autor que conheci no início da minha jornada acadêmica no curso de Licenciatura em Teatro da UFPEL, o teatro pode ser definido de forma singela: “Um espaço, um homem que ocupa este espaço, outro que o observa” (Peixoto, 1980, p. 9). A conversa tomou um rumo fascinante. Entre risadas que brotavam enquanto discutíamos os ditirambos e os ritos em homenagem a Dionísio, percebi que o grupo começava a se dispersar, dado o cansaço do dia e também o tempo em que estávamos no campo teórico do teatro. Era o momento certo para a prática. Ali entendi que, embora tenha notado o cansaço do grupo, o debate rompeu com a expectativa de se exporem diretamente. Eles, ainda um pouco confusos, começaram a ver o teatro sob uma outra perspectiva. Um dos recuperandos ainda pontuou em uma conversa que se deu enquanto deixamos o espaço de trabalho; *“Imaginar que o teatro é muito mais do que a gente vê. Não tinha ideia. Achei fascinante”*.

Na medida em que o encontro fluía, foi-se entendendo também que os encontros seriam momentos para estudarmos o corpo, a expressividade, a consciência corporal e, por vezes, lidarmos com nossas emoções e sentimentos a fim também de entendê-los e confrontá-los para na medida em que a liberdade

for retomada, para que seja possível compreender de onde surgem os nossos impulsos e motivações. Nosso primeiro laboratório nos conduziu à essência do teatro. Agora, era hora de vivê-lo.

Decidi começar trabalhando o que mais me chamou atenção na sala: a postura defensiva de todos. Braços cruzados ou para trás, olhares sérios, sobrancelhas franzidas e uma visão de cima para baixo. Um dos pedidos da direção da APAC era que, de alguma forma, os recuperandos adquirissem técnicas e recursos que pudessem ser utilizados em entrevistas de emprego, nas relações sociais e em suas apresentações. A preocupação com a profissionalização pós-cárcere era evidente, e nossos encontros também tinham como objetivo atender a essa demanda, afinal a vida pós cárcere como já foi dito é repleta de restrições e preconceitos que ainda enquanto sociedade devemos avançar, afinal, estes indivíduos são privados da liberdade a fim de serem punidos e logo, após cumprirem sua pena e pagarem por seus delitos, retornaram novamente ao convívio social.

Pensando nesses recursos e técnicas que podem contribuir com o pós cárcere, uma das possibilidades a serem exploradas com o grupo seria a abordagem sistemática desenvolvida por Rudolf Laban¹², especialmente sua análise do movimento. Ao adaptar esses conceitos a uma linguagem mais acessível e próxima dos recuperandos, poderíamos contribuir significativamente para o desenvolvimento da expressividade, da consciência corporal e, consequentemente, para uma comunicação mais eficaz e uma qualidade de vida aprimorada (Andari, 2019, p. 530).

Ainda no primeiro encontro, após a discussão, o grupo participou de aquecimentos inspirados no yoga, que é uma prática originária da Índia que combina técnicas físicas, mentais e espirituais para promover o equilíbrio e a harmonia entre o corpo e a mente, bastante utilizada nas práticas teatrais,

¹² Rudolf Laban (1879-1958) foi um bailarino, coreógrafo e teórico da dança, nascido em Pressburg, Áustria-Hungria. Conhecido como o "pai da dança-teatro", dedicou-se ao estudo sistemático do movimento humano, desenvolvendo conceitos fundamentais como Coreutica (organização espacial) e Eukinética (aspectos qualitativos do movimento). Laban criou a *Labanotation*, um dos principais sistemas de notação de movimentos, e, com Lisa Ullmann, introduziu a dança educativa na Inglaterra. Seu trabalho influenciou áreas como a educação, psicologia e arte, sendo difundido mundialmente em centros de estudo e universidades. Informações disponíveis em: <https://spcd.com.br/verbete/rudolf-laban/>. Acesso em: 09 out.2024

estudos nos quais tive contato com a Doutora em Teatro e professora pela UFPEL Moira Beatriz Albornoz Stein durante as disciplinas de expressão corporal e também no Projeto “*Dinâmicas da Natureza na Pedagogia Teatral da Escola de Jacques Lecoq*”.

Na sequência, trabalhamos o espaço por meio do conceito de kinesfera de Laban, que se refere às diversas possibilidades de movimento do corpo no espaço, sem a necessidade de deslocamento. Exploramos os diferentes níveis de movimento, introduzindo também os conceitos de ritmo e força, que são fundamentais para a compreensão do método e contribuem diretamente para a expressão e a consciência corporal (Andari, 2019, p. 12).

Ao concluir o primeiro encontro, após as apresentações e a discussão inicial sobre o teatro, percebi que os acordos e as ideias expostas pelos recuperandos evidenciaram sua necessidade de protagonismo. Nesse momento, o que me interessava não eram os crimes cometidos, mas os indivíduos além da culpa. Reforçando, o intuito dos encontros era possibilitar a reabilitação do ser humano e colocá-lo em uma condição que não a de criminoso. Neste caso, o primeiro passo é ter fé na reabilitação e depois compreender que aquela conversa se daria de artista para artista, e não de artista para preso. O encerramento do encontro, repleto de abraços e agradecimentos, deixou claro que o teatro não apenas era bem-vindo naquele espaço, mas cumpria sua função essencial: proporcionar aos recuperandos o protagonismo em seu próprio processo de reabilitação. (Concilio, 2008).

Em casa, comecei a registrar os pontos levantados durante o encontro e a adaptar meu plano de ação com a APAC. Esse processo foi fundamental para a criação da lógica e da sequência dos encontros. Após a apresentação do

teatro, decidi introduzir jogos teatrais¹³ propostos por Viola Spolin¹⁴ (2008), sempre de forma provocativa. Este processo com os jogos se deu no período de abril à agosto. Ao final de cada encontro, realizamos rodas de reflexão e discussão sobre os exercícios, onde os participantes podiam compartilhar suas sensações, reflexões e conexões com seus processos anteriores ou com a vida pós-cárcere. Além disso, investigamos os aspectos emocionais e físicos que os exercícios despertavam. Em agosto o projeto foi interrompido por questões de saúde familiar que me levaram a uma pausa até março de 2024 onde o projeto teve sua retomada.

Com o plano de retomada, estudando os registros dos encontros, porém agora, com um novo grupo de recuperandos. Realizamos uma revisão nos conteúdos que parte do grupo já havia estudado e por fim, voltamos à estrada principal da nossa pesquisa. Dando continuidade ao projeto, exploramos alguns elementos do teatro, como roteiro, ação física e personagens. Após essa introdução aos elementos, significados e histórias do teatro, estávamos prontos para nos aprofundar o nosso estudo com os recuperandos. Essa preparação foi essencial, pois os corpos precisavam ser despertados e alertados para o trabalho que se seguiria.

Esse processo de preparação necessitou um período de aproximadamente 2 meses após a retomada, fez amadurecer este novo grupo e desconstruiu ideias e estigmas que dificultavam a entrega dos participantes,

¹³ Os jogos teatrais propostos por Viola Spolin são atividades lúdicas que visam desenvolver a criatividade, a espontaneidade e a expressão dos participantes. Spolin acreditava que o teatro poderia ser uma ferramenta poderosa para a educação, ajudando os alunos a se tornarem mais confiantes, colaborativos e expressivos. Esses jogos geralmente envolvem improvisação, interação entre os participantes e a exploração de diferentes personagens e situações. Informações disponíveis em: [https://www.uern.br/controledepaginas/forma%C3%A7%C3%A3o%20art%C3%ADstica%20e%20pedag%C3%B3gica/arquivos/5247jogos_teatrais_na_sala_de_aula_viola_spolin_compactado_\(1\).pdf](https://www.uern.br/controledepaginas/forma%C3%A7%C3%A3o%20art%C3%ADstica%20e%20pedag%C3%B3gica/arquivos/5247jogos_teatrais_na_sala_de_aula_viola_spolin_compactado_(1).pdf) Acesso em 10 Out.2024.

¹⁴ Viola Spolin (1906-1994) foi uma influente pedagoga, atriz e diretora de teatro americana, amplamente reconhecida como a "mãe da improvisação". Nascida em Chicago, Spolin começou sua carreira no teatro e, ao longo do tempo, desenvolveu um método de ensino que utilizava jogos teatrais como ferramentas para estimular a criatividade e a expressão dos alunos. Informações disponíveis em: [https://www.uern.br/controledepaginas/forma%C3%A7%C3%A3o%20art%C3%ADstica%20e%20pedag%C3%B3gica/arquivos/5247jogos_teatrais_na_sala_de_aula_viola_spolin_compactado_\(1\).pdf](https://www.uern.br/controledepaginas/forma%C3%A7%C3%A3o%20art%C3%ADstica%20e%20pedag%C3%B3gica/arquivos/5247jogos_teatrais_na_sala_de_aula_viola_spolin_compactado_(1).pdf) Acesso em: 10 out. 2024.

permitindo-nos, assim, abordar temas mais sensíveis. Os recuperandos que ingressaram nesse segundo momento do projeto, estavam mais disponíveis para as propostas cênicas e alguns, inclusive, sinalizaram o interesse pela montagem.

O momento era de apresentar aos recuperandos o Teatro do Oprimido, em especial as “Técnicas Introspectivas” sistematizadas por Boal, conforme descrito no livro “Arco-Íris do Desejo”. Essas técnicas criam um conjunto de exercícios onde o protagonista realiza uma busca reflexiva sobre o que ocorre em seu íntimo (Boal, 1996). Para que o jogo aconteça, é necessário descobrir e possibilitar a busca tanto do protagonista quanto do antagonista, representando também as figuras dos oprimidos e dos opressores. A identificação dos conflitos existentes entre essas figuras, representadas pelos recuperandos, permite que os colegas intervenham na situação, promovendo o diálogo entre o espectador, o protagonista e o artista em cena. Esse é o foco dos exercícios que ocorreram nesse segundo momento (Boal, 1996).

Retomando, ainda sobre o primeiro momento, na retomada em março de 2024, apresentamos o teatro, sua origem e relacionamos a uma hipótese de definição, compreendendo o objetivo que vai além do entretenimento. O grupo é introduzido aos jogos teatrais, ao jogo de regras e ao próprio jogo dramático. Na sequência, inserimos o Teatro do Oprimido, já compreendendo como se conecta a esses aspectos e signos do teatro.

O Teatro do Oprimido apresenta dois princípios sendo o primeiro, ajudar o espectador a se transformar em protagonista da ação dramática, exemplo disso; durante os encontros os recuperandos eram provocados pelos exercícios e improvisações sobre o protagonismo em que exerceram durante sua jornada até o cárcere através da experiência de observar e ser o outro, em duplas ou grupos, exerciam papéis fundamentais na transformação de cenas. Por meio dessas cenas transformadas encontramos o segundo princípio, que baseia-se na ideia de que o teatro pode ser um ensaio para mudança social, tornando-se um instrumento de conscientização e de libertação (Boal, 1996, p.53).

Neste momento, durante os encontros, percebemos que não estávamos lidando com os acontecimentos de uma história teatral como “Medeia” de Eurípedes, ou “Vestido de Noiva” de Nelson Rodrigues, não eram ali as emoções ou vivências de personagens fictícios. Como descreve Boal (1996), os

recuperandos estavam em um contato íntimo e direto com o seu próprio mundo de imagens, com suas próprias opressões. Desta forma, eles não eram conduzidos pela história, eles os conduziam, projetando suas próprias emoções, suas ações, e expondo o seu “EU”, sujeito, oprimido ou opressor (Boal, 1996).

Na primeira etapa, preparamos o grupo para entrar em assuntos mais sensíveis e também para que reconheçam aquele espaço, como um espaço de criação. Agora progressivamente, inserimos mais diretamente os temas que estimularam a reflexão mais direta sobre suas narrativas.

Em círculo, os recuperandos tinham como objetivo construir uma narrativa que carregasse o tema “A caça e o caçador”. O encontro foi todo criado com base nesse tema. Iniciamos com aquecimentos e alongamentos inspirados no yoga e, em seguida, partimos para um exercício corporal que consistia em invocar animais predadores naquele espaço. Assim, os participantes se transformaram em leões, tubarões, águias e outros predadores, expressando livremente sua criatividade. Um dos recuperandos, inclusive, defendeu a ideia de que seu predador era o maior deles: o homem.

Após esse aquecimento, iniciamos a narração. Um por um, os participantes foram somando à narrativa. A história escolhida foi de um homem que saiu de casa com um cão de caça e convocou um grupo de amigos para caçar. Armados com rifles, redes de pesca e cerveja, um dos integrantes do grupo decidiu incluir também mulheres para o prazer dos seus companheiros e música para tornar a caça mais “animada”. Ao longo da narrativa, surgiram situações que refletiam a realidade de alguns recuperandos. Eles foram caçar “capincho”, mais conhecido como capivara, em uma atividade que se revelava ilegal. O desenrolar da história culminou com o grupo de amigos sendo abordado por policiais, que, além de encontrarem as caças ilegais, descobriram cocaína e outros entorpecentes. O desfecho final foi a prisão de todos os indivíduos. Não foi pré definida a linha da história, apenas o tema, e o tema levou os participantes do grupo a criarem essa narrativa que nos forneceu um material potente para a discussão.

Em círculo, iniciamos o levantamento dos fatos que se deram durante a narrativa. O próprio grupo, sem muita intermediação, encaminhou a conversa para o ponto-chave. Um dos recuperandos olhou para os colegas e disse: “*Tinha*

tudo para dar certo, mas éramos nós". Outro acrescentou: "Os caras podiam ter achado ouro na história, mas preferiram ser presos". Houve ainda quem arriscou a dizer: "Eu fui certinho, não fiz nada errado, mas estava junto e acabei sendo preso", se referindo a narração especificamente. Então, eu lancei a provocação para o grupo "Como vocês mesmo relataram; estão aqui, com o controle de mudar o curso da história, de encaminhá-la para onde quiserem e ainda assim, o desfecho dado aos personagens nos quais vocês eram os escritores, foi a prisão. O que isso nos diz?". Como o tempo era curto e nossos encontros duram no máximo 2 horas, ficou de lição para um recuperando, coletar o ponto de vista do grupo e representar em uma fala no próximo encontro.

Já em casa, fiz o registro de anotações do encontro e lembrei-me de um conjunto de exercícios promovidos por Boal (1996) no livro "Jogos para Atores e Não Atores". Um dos primeiros do gênero no qual tive contato. Retomando a leitura, decidi que entraria mais afundo na proposta de intervenção do espectador na resolução dos conflitos que surgiam na resposta dos recuperandos com as atividades propostas.

O Teatro Imagem foi idealizado por Boal na década 1970 ainda enquanto resposta à repressão política e social no Brasil. Essa foi uma das muitas técnicas utilizadas para estimular a participação do público e promover a reflexão sobre as questões sociais e individuais (Boal, 2008, p.5). O grupo foi conduzido às improvisações através do teatro imagem de Boal, como uma forma sutil de também introduzir a exposição desses corpos e desse íntimo que estava ali exposto em cena. (Boal 1996).

As Técnicas Introspectivas de Augusto Boal, parte fundamental do Teatro do Oprimido, oferecem um espaço privilegiado para a reflexão e autoconhecimento dos recuperandos, aspectos essenciais no processo de reabilitação (Boal 1996). Essas técnicas unidas ao espaço fornecido pela APAC e pela estrutura assistencialista e humanista, permitiram aos participantes explorarem suas emoções, vivências e identidades de forma segura e criativa, promovendo um diálogo interno que favoreceu a compreensão de suas próprias histórias e motivações. Talvez em um presídio tradicional, a ambição de levar essa proposta estaria repleta de ressalvas começando pelo espaço, pela vigilância, e pela realidade como um todo desses presídios. Vale ressaltar, que

na APAC embora hajam celas, revistas e registros de entrada e saída de pessoas, a liberdade dada vinha de acordo com os méritos e o cumprimento das normas internas por parte dos recuperandos e os voluntários, após concluírem o curso de preparação, possuem liberdade dentro do seu espaço para conduzir os recuperandos e apenas em alguns momentos, a vigilância se fazia presente a fim de certificar a participação de todos os recuperandos na atividade. Este foi um compromisso inegociável por parte da direção.

Neste espaço da instituição que firma o compromisso da mesma com a reabilitação dos recuperandos, exploramos esse tema do oprimido, nos jogos realizados durante os encontros que vieram a seguir, buscando conhecer e reconhecer as vozes e figuras ocultas no corpo e sentimento dos recuperandos. Denominado por Boal (1996) “O tira na cabeça” propõem três hipóteses que sistematizam o exercício. A primeira delas, seria a osmose, que está relacionada muito ao ambiente, às organizações sociais e de poder. Estamos neste caso nos referindo a família, vizinhança, escola, o trabalho e outros locais por onde passaram esses indivíduos. Acontecimentos como acidentes, consultas médicas, conflitos e tudo que contém e desafia os valores políticos e morais da sociedade. Todas suas estruturas de dominação de poder e todos os seus mecanismos de opressão (Boal 1996, p.53).

Como se produz a osmose? Tanto através da repressão quanto por sedução. Por repulsa, ódio, medo, violência, constrangimento, ou, ao contrário, através de atração, amor, desejo, promessas, dependências etc. (Boal, 1996, p. 54)

Na segunda hipótese, a metaxis, é um conceito que enfatiza a dualidade entre a realidade e a ficção, permitindo que os participantes naveguem entre esses dois mundos durante os exercícios. Como diz Boal: “No teatro somos conduzidos por personagens e ações que não dominamos: experimentamos uma emoção vicária” (Boal, 1996, p. 55). Nessa dinâmica, os atores e espectadores não estão apenas envolvidos em uma representação; eles também refletem e interagem com suas próprias realidades, estabelecendo um diálogo entre o que é encenado e o que é vivido (Boal, 2008, p. 27).

A segunda hipótese pode ser formulada da seguinte maneira: se o oprimido artista for capaz de criar um mundo autônomo de

imagens de sua própria realidade e de representar sua libertação na realidade dessas imagens, poderá extrapolar, em seguida, para sua própria vida, tudo o que tiver realizado na ficção. A cena e o palco tornam-se o campo de prova para a vida real (Boal, 1996, p.57).

Sobre a terceira hipótese do “tira na cabeça”, nomeada “a indução analógica”, utilizei de um dos encontros, que me marcou e explica diretamente o que é essa terceira hipótese. Os recuperandos chegaram logo após o jantar, e já eram quase sete e meia da noite quando iniciamos a atividade. Naquele dia, alguns demonstravam indisposição e pouco interesse. No entanto, mais preparado, trouxe um material que se adequa bem à situação. A atividade foi baseada na técnica da “Imagen de Si Mesmo”, uma das técnicas introspectivas desenvolvidas por Augusto Boal. Apesar dos relatos de indisposição, pedi que o grupo se mantivesse em círculo, como de costume, fechassem os olhos e escolhessem um sentimento. Em um segundo momento, solicitei que os recuperandos se virassem para fora do círculo e imaginassem uma pessoa que despertasse esse sentimento. Instruí-los a visualizar essa pessoa à sua frente, como se estivesse de pé diante deles. Pedi que refletissem sobre como seus corpos reagiriam ao se confrontar com essa figura e como seria estar diante da personificação desse sentimento. (Boal, 1996).

No terceiro momento da atividade, solicitei que os recuperandos formassem com seus corpos uma reação física a essa persona, expressando a estrutura corporal que assumiram diante desse confronto imaginário. Já no quarto momento do exercício, pedi que, congelados na imagem que haviam construído, observassem os corpos e as *personas* que se formaram no círculo. O objetivo, a partir desse ponto, era construir “famílias” de imagens, com base na percepção individual e coletiva dos membros do grupo. Alguns recuperandos se aproximaram timidamente, enquanto outros se uniram mais rapidamente à imagem do colega, seja pela semelhança entre as posturas, por uma interpretação pessoal do sentimento representado ou até mesmo por afinidade. A formação dessas “famílias” resultou em três grupos distintos, cada um revelando histórias e conexões interessantes entre os participantes.

Ao observar o comportamento do grupo, com alguns participantes tímidos e outros visivelmente desconfortáveis, comecei a me questionar durante o

desenvolvimento do exercício sobre como eles estariam recebendo a proposta, especialmente considerando que algumas imagens representavam agressões, enquanto outras pareciam devaneios ou brincadeiras dos recuperandos. Solicitei então que um grupo permanecesse congelado em sua imagem, enquanto os demais comentavam o que estavam percebendo. Quem seriam os personagens dessa história? Quais sentimentos os colegas escolheram representar? O que poderíamos interpretar a partir dessa imagem? (Boal, 2008, p. 234).

A primeira imagem gerou comentários preconceituosos e machistas, mas que surgem para eles, de forma muito natural e engraçada. A imagem representava uma mulher que passa pela rua, um dos homens visivelmente excitado com a moça, outro que a observa com um binóculos e outro que se espanta com a beleza da moça. O sentimento de cobiça e desejo eram representados na imagem, mas quais questões poderiam ser levantadas? Enquanto a plateia que assistia debatia, brincadeiras, comentários preconceituosos e a normalização daquela ação eram os focos da discussão. Questionei o grupo sobre o foco do exercício. Se era realmente a brincadeira e a ofensa, ou se poderíamos analisar outras camadas de significados a partir daquela imagem. Um silêncio tomou conta da sala por alguns instantes, até que um dos recuperandos disse: "Assédio". Outro participante acrescentou: "*É uma situação desconfortável para a mulher*". Outro recuperando complementa "*Desconfortável e eles poderiam ser presos por conta disso*".

Com essas reflexões, começou-se a emergir uma leitura mais sóbria e objetiva da situação e também a compreensão sobre o encaminhar daqueles exercícios. A provocação que fiz, tanto na forma quanto no conteúdo, tirou o grupo da zona de conforto e os levou a analisar a imagem de maneira mais profunda. Ainda que resistentes a tocar no tema, afinal, alguns ali estão justamente por crimes de assédio, então, a discussão estava ali expondo o motivo da prisão de alguns.

Essa abordagem está conectada ao conceito de "imagem sobre si mesmo", permitindo que cada um explorasse suas próprias percepções com relação a cena. A partir dessa dinâmica, o grupo passou a se engajar em uma discussão mais rica, reconhecendo as complexidades e nuances da experiência

humana. A cada imagem nova que se formava, eles adentravam ainda mais na complexidade das interpretações (Boal, 1996).

A ligação com a terceira hipótese do “tira na cabeça”, a indução analógica, é que justamente o exercício realizado se forma partir de uma imagem inicial que se procede e criam-se outras imagens, produzidas pelos próprios participantes e relatando suas próprias agressões, suas ações opressoras e até mesmo colocando eles na posição da figura oprimida, consequentemente, resgatando sensações vividas por eles enquanto oprimidos.

Por indução, se consegue construir um modelo isento, desembaraçado das circunstâncias singulares de cada caso específico, esse modelo conterá os mecanismos gerais por meio dos quais as opressões se produzem, o que nos permitirá estudar sim - praticamente as diferentes possibilidades de quebrar essas opressões. (Boal, 1996, p. 58).

Os resultados começaram a surgir e após as discussões, percebia-se nos rostos e no tom de voz, recuperados das brincadeiras e deboches, que o objetivo de tocá-los estava sendo alcançado e não por meio de uma palestra motivacional ou um livro de auto-ajuda. Estávamos compartilhando visões, confrontando opressões e trabalhando na resolução dessas opressões com mediação e protagonismo dos próprios recuperandos, que em meio às discussões iam promovendo respostas que os conduziam a ações respeitosas, politizadas e legais.

Nos preparamos para analisar então a terceira imagem, que era mais agressiva e carregava outros sentimentos. Um homem ajoelhado com os braços abertos, outro com a cabeça baixa em tristeza, um deitado no chão e outro com um braço levantado, punho cerrado e expressão de raiva. Um quinto homem tocava o ombro daquele que tinha os braços erguidos para o céu. À medida que os grupos começaram a análise, surgiram interpretações variadas: “*O homem está agradecendo a Deus porque ele ia ser assaltado e o policial derrubou o bandido*”, sugeriu um participante. Outro recuperando pontuou: “*Eu acho que não. O que está com a mão no ombro está confortando o amigo doente*”. Um terceiro discordou: “*Não vejo assim, está confuso. Para mim ele está pedindo*

socorro a Deus". Conforme a discussão avançava, o foco foi se centralizado no homem com os punhos cerrados. "*Ele está se vingando, e o outro está agradecendo pela justiça*", afirmou um dos recuperandos, com o olhar fixo na imagem. Outro concordou: "*Ele está agradecendo porque derrubou alguém que fez mal para ele*". Ao final dessa troca de comentários, observamos um início de desabafo sobre inseguranças, medos e a leitura de ações agressivas representadas na imagem.

A conexão com a metaxis de Boal se torna evidente aqui. Como Boal (1996) menciona, "*se na situação o oprimido ou opressor produz uma imagem que revela o seu íntimo, é preciso que nos identifiquemos com ele.*" Essa introspecção nos leva a compreender que a imagem não é apenas uma representação externa, mas também uma reflexão de nossas próprias experiências e emoções. A opressão refletida na imagem deve ser nossa opressão, e essa identificação nos permite explorar e confrontar nossas próprias vivências. Através dessa análise coletiva, os participantes não só começaram a desvelar a complexidade da agressão e da justiça, mas também a questionar suas próprias reações e sentimentos em relação a essas experiências, promovendo um espaço de transformação e autoconhecimento. (Boal, 1996, p.57).

Ao revelar os sentimentos de uma outra imagem criada no mesmo encontro, os indivíduos do grupo que a criaram trouxeram à tona questões como a saudade. O olhar do homem que parecia apaixonado por outro na verdade refletia a saudade de um filho que não vê há muito tempo. O outro homem, envolvido nessa discussão de amor, confirmou que via no olhar daquele personagem uma expressão de amor, reconhecendo ali a paixão pela sua esposa. O participante que aparecava estar orando inicialmente afirmou que entrou na atividade com a intenção de brincar. No entanto, ele refletiu sobre a razão que o levou a criar a imagem: o medo da perda, de perder as pessoas que ainda restavam ao seu redor. Essa dinâmica revela como a figura do antagonista pode se manifestar de maneira complexa, mostrando que a rejeição e o medo muitas vezes estão entrelaçados com o amor e a saudade. (Boal, 1996).

Nos relatos da segunda imagem, o homem de punhos cerrados simbolizava a luta interna contra um parente próximo que causava injúrias e

espalhava injustiças. Quando eu provoquei o grupo perguntando: “*E essa é a melhor maneira de resolver a situação?*”, ele prontamente respondeu: “*Não adianta falar, tem gente que só entende desse jeito*”. Essa resposta reforça a figura do antagonista como alguém que, embora possa agir de maneira agressiva, se sente impotente diante da opressão que sofre. Um colega brincou: “*É por isso que a gente tá aqui*”, mas o recuperando apenas balançou a cabeça, enquanto outros começaram a descrever seus sentimentos.

Surgiram emoções como medo, agonia, saudade, prazer e vergonha, que enriqueceram ainda mais nosso encontro ao investigar essas imagens sobre si mesmos. Tiveram aqueles que não conseguiram materializar seus sentimentos, não conseguiram construir sua persona e avançar com o exercício. Essas respostas individuais e coletivas evidenciam que a imagem do antagonista não é apenas um símbolo de agressão, mas também uma manifestação de vulnerabilidade e sofrimento (Boal, 1996).

Ao compartilhar seus sentimentos, os participantes começaram a reconhecer e discutir sobre a complexidade das emoções humanas, em linha com o que Boal (1996) sugere: “a introspecção e a identificação com as imagens revelam não apenas o que nos separa, mas também o que nos une em nossas experiências compartilhadas”.

Em uma sessão do Teatro do Oprimido em que os participantes pertençam ao mesmo grupo social (estudantes de uma mesma escola, moradores de um mesmo bairro, operários de uma mesma fábrica etc.) e sejam submetidos às mesmas opressões (em relação à escola, ao bairro ou à fábrica), o relato individual de uma pessoa se pluralizará imediatamente: a opressão de um deles é a opressão de todos. A particularidade de cada caso individual é negligenciável diante de sua similaridade com todos os outros. Assim, durante a sessão, a simpatia será imediata. Estaremos todos falando de nós mesmos. (Boal, 1996, p.58).

Assim retornamos à terceira hipótese do “Tira na cabeça”, indução analógica, que como o próprio nome já diz, uma analogia das suas opressões individuais com as do outro. Os recuperandos de uma imagem e de uma cena inicial, procedem por analogia e criam outras imagens e cenas produzidas por outros participantes do grupo, partindo de suas próprias opressões individuais similares. Os exercícios que se devam repetidamente a fim de absorver outras possibilidades com a repetição, estuda também diferentes formas de quebrar

essa opressão, sendo os oprimidos e opressores agentes protagonistas nessa ruptura (Boal, 1996, p.58)

A função da indução analógica é a de possibilitar uma análise distanciada, oferecer várias perspectivas, multiplicar os pontos de vista possíveis por meio dos quais se pode considerar cada situação. Não se interpreta, não se explica nada, oferece-se apenas múltiplos pontos-guias. O oprimido deve ser ajudado a refletir sobre sua própria ação (ao observar as alternativas talvez possíveis que lhe são mostradas pelos outros participantes que pensam, por sua vez, em suas próprias singularidades). Deve-se produzir um distanciamento entre a ação e a reflexão acerca da ação. O protagonista deve ver-se a si mesmo como protagonista e como objeto. Ele é o observador e a pessoa observada (Boal, 1996, p.58).

Foi preciso retomar o exercício do Teatro Imagem, invocando agora outros modelos e dinâmicas que culminaram no objetivo das técnicas introspectivas. Compreendi que os exercícios propostos por Boal, por si só, eram suficientes para alcançar o íntimo dos recuperandos. No entanto, naquela noite, por algum motivo, eles estavam muito dispersos. Alguns relataram cansaço, dores e enjoos, e isso encaminha o encontro para uma finalização precoce, o que resultaria em atraso no planejamento.

Foi então que tive a ideia de implementar um jogo de improvisação mais leve, também presente nos métodos de Boal, conforme descrito em seu livro "Jogos para Atores e Não Atores" (Boal, 2008). O "Quadrado de Improvisação", onde quatro participantes alternavam em cenas improvisadas e, ao comando de uma palma, trocavam de duplas enquanto retomavam a cena de onde haviam parado, resultou em boas risadas e provocações valiosas (Boal, 2008). No entanto, um dos improvisos acabou abordando um ato sexual não consentido, o que forneceu material perfeito para uma discussão.

Acredito que a abordagem desse tema poderia ter gerado um bom debate, mas o fato de alguns colegas terem cometido crimes próximos a ação criou um ambiente de desconforto, o que impediu que a discussão avançasse. Embora a proposta de utilizar o teatro como meio de construção de conhecimento sobre temas delicados seja excelente, as provocações inesperadas deixaram o grupo em silêncio, tornando difícil o engajamento nas reflexões julgadas por mim necessárias. Neste dia, concluímos com um jogo de memorização proposto por Spolin (2008) e finalizamos o encontro.

Nos encontros subsequentes, emergiu um ambiente vibrante e potente para a construção coletiva e o debate de questões políticas e sociais. Em contraste com o estigma geralmente atribuído aos encarcerados pela sociedade civil, observamos como o teatro, conforme afirma Boal (1996), se configura como um "ensaio para a vida". Esse processo se manifesta no grupo de recuperandos, que, através das técnicas do Teatro do Oprimido, alcançaram os objetivos desta pesquisa.

Particularmente relevante em um laboratório de teatro dentro de uma organização penal como a APAC é a liberdade de criação e reflexão que se desenvolve. Esse espaço incentiva o confronto consigo mesmos e com o mundo ao redor, impulsionando um desejo genuíno de transformação e reintegração social. A cada encontro, o clamor pela liberdade era notável, expresso nos olhares e nas vozes dos recuperandos — um anseio por fazer algo mais significativo com a própria liberdade do que aquilo que fizeram antes de perdê-la.

Compreender a educação de pessoas privadas de liberdade não significa minimizar ou justificar os crimes cometidos; é essencial que respondam por suas ações. No entanto, reconhecendo que essas pessoas retornarão à sociedade, é imperativo proporcionar um processo de confronto, reflexão e reeducação. Essa abordagem visa não só a evitar a reincidência, mas também a impedir que voltem a provocar danos — a outros ou a si mesmos. Dessa forma, a educação carcerária baseada em princípios críticos e transformadores, como o Teatro do Oprimido, mostra-se uma ferramenta poderosa para a ressocialização e para a construção de uma trajetória de vida mais consciente e responsável.

CAPÍTULO 3: O HOMEM SEM AS CELAS

Ao longo do processo de ensino dentro do cárcere, um conjunto de sentimentos intensos e conflitantes se manifestou nas narrativas dos recuperandos da APAC. A solidão, a vergonha, o medo, a ansiedade e a saudade emergiram com força nas suas palavras, refletindo o peso de suas vivências e a complexidade do sistema que os aprisiona. O medo pela falta de oportunidades, pela ausência de contato com a família e, especialmente, pela tentação de recaídas nos vícios, são sombras constantes que acompanham o dia a dia desses homens. Esse medo é mais do que uma sensação passageira é uma realidade estruturante que os mantém em um estado de alerta permanente, já que cada pequeno passo em falso pode significar a perda de um momento de recuperação ou até mesmo a reintegração a um ciclo de violência e marginalização.

Muitos desses homens passaram por trajetórias de vida marcadas por violência, abandono e traumas profundos. Relatos de abusos na infância são comuns, como também são as experiências em ambientes repletos de criminalidade e violência. Esses relatos não são apenas histórias pessoais, mas reflexos de um sistema social que falha em proteger suas populações mais vulneráveis, muitas vezes resultando em um ambiente que favorece a violência como única forma de sobrevivência. Para esses indivíduos, o preconceito e a desigualdade social sempre estiveram presentes, tornando o acesso a direitos básicos como educação, saúde e proteção familiar uma realidade distante e inacessível.

Além disso, muitos dos recuperandos compartilham histórias de uma infância marcada pela imposição precoce de responsabilidades. Desde muito jovens, foram forçados a assumir papéis de adultos, a cuidar de suas famílias ou a sustentar um ambiente familiar desestruturado. Para alguns, isso significou não apenas assumir responsabilidades financeiras, mas também enfrentar situações de exploração, privação e negligência emocional. A sexualidade, um aspecto fundamental do desenvolvimento humano, também foi afetada nesse contexto. Relatos sobre o aflorar da sexualidade ainda na pré-adolescência, forçada por rituais de aceitação em grupos de amigos ou gangues, surgem como parte de uma realidade cruel e distorcida. Muitos desses rituais, que à primeira vista podem parecer incompreensíveis, são estratégias de sobrevivência em comunidades onde a educação e a cultura são escassas, e onde o acesso a modelos positivos de socialização e desenvolvimento é quase inexistente.

Essas vivências tornam-se um ciclo difícil de romper, onde o jovem, em seu processo de desenvolvimento, é empurrado para uma realidade onde suas necessidades emocionais, sociais e educacionais são desconsideradas. A falta de apoio e a impossibilidade de uma educação transformadora criam um terreno fértil para a marginalização e para a perpetuação de padrões de violência. O que muitos não compreendem é que o cárcere, longe de ser um espaço de correção, muitas vezes apenas agrava essa situação, dificultando ainda mais o processo de reintegração social. Com organizações como a FUNAP e APAC criam possibilidades como as quais lemos durante esta pesquisa, os recuperandos acessam possibilidades que inclusive não tiveram ainda em liberdade.

Além dos encontros de teatro, os recuperandos estavam também em busca de sua formação básica, trabalhando intensamente para poder contribuir com suas famílias que permanecem do lado de fora. Essas oportunidades de reabilitação por meio da educação não apenas oferecem a esses homens a chance de se afastarem do ciclo criminoso, mas também possibilitam que se libertem das correntes simbólicas que, muitas vezes, os aprisionam muito antes de entrarem nas celas. Ao dedicar-se ao aprendizado, eles conseguem, de alguma forma, desconstruir as identidades de criminosos que lhes foram impostas, criando espaços para a liberdade e independência, não mais como "seres criminosos", mas como seres humanos em processo de reintegração. É

esse tipo de liberdade que foi gradualmente construído ao longo dos encontros. Entende-se que esse processo de transformação não foi simples; foi repleto de desafios, de altos e baixos, e, especialmente, de momentos de grande tensão emocional. No entanto, é importante reconhecer que ninguém consegue se manter motivado apenas por palavras, especialmente em um ambiente tão hostil e desumanizante como o cárcere. Ao longo do tempo, a motivação inicial começa a se esvair e, no lugar dela, surgem sentimentos mais complexos e difíceis de lidar, como a frustração. Essa frustração, longe de colaborar com o processo de reabilitação, frequentemente acaba dificultando a caminhada de recuperação, criando um bloqueio emocional e psicológico que pode paralisar o indivíduo.

A frustração, quando não gerida de forma adequada, abre espaço para emoções mais destrutivas, como a raiva, a revolta e o medo. Esses sentimentos, por sua vez, tornam-se terreno fértil para outros tipos de violência, que perpetuam o ciclo de agressividade e isolamento. Ao invés de promoverem a transformação interior, esses sentimentos alimentam um estado de resistência e fechamento, dificultando a reabertura do sujeito ao processo de mudança. O desafio, então, é transformar essa frustração em uma ferramenta de superação, canalizando as emoções de maneira construtiva para que não se tornem obstáculos, mas sim catalisadores de um novo caminho.

O processo em outubro de 2024 entra em uma nova etapa, com base em todo o material levantado nos encontros, possibilitar aos recuperandos a possibilidade de uma montagem de texto autoral e com o protagonismo em todos os elementos dos próprios recuperandos, sobre a minha direção.

O projeto “O Homem sem Celas” está sendo desenvolvido com o grupo de recuperandos da APAC para apresentações que terão início no primeiro trimestre de 2025, inicialmente em apresentações internas, mas com possibilidades de serem levadas ao público externo. O objetivo final é alcançar o público mais amplo e essencial deste estudo: a sociedade civil. A peça busca sensibilizar e despertar uma reflexão coletiva sobre o sistema prisional e seus efeitos, mostrando uma realidade muitas vezes ignorada fora dos muros da prisão.

O enredo da peça acompanha a história de um homem que, aos 58 anos, passou 37 deles dentro do sistema prisional brasileiro. Ao longo dessas quase

quatro décadas, ele enfrenta condições desumanas de superlotação, presencia injustiças, desenvolve-se para o crime, conhece as histórias e sofrimentos de colegas de cela, cada um com seu próprio passado de dor e abandono e também com seus “demônios” internos e crimes cometidos. Com o tempo, ele revela ao público como chegou ao cárcere, e o motivo pelo qual rescindiu diversas vezes. A peça expõe o conflito interno que ele enfrenta ao se ver próximo da liberdade: o medo constante de retornar ao sistema pela falta de oportunidades e apoio fora das grades. À medida que o protagonista acredita estar se libertando fisicamente da prisão, ele se dá conta de que carrega dentro de si as marcas invisíveis e profundas desse sistema, marcas que foram gravadas a ferro e que moldaram sua identidade e sua visão de mundo. Esse peso se transforma em um fardo emocional, gerando um intenso desespero diante da possibilidade de não encontrar meios de viver com dignidade e respeito após tantos anos de marginalização.

O projeto não se limita a retratar uma história de sofrimento e dor, mas busca mostrar o desejo profundo por um recomeço, o anseio por ser reconhecido como um ser humano que aspira por dignidade e respeito e as consequências quando a sociedade civil dá as costas para este indivíduo que anseia por sua reintegração. Por meio dessa narrativa, a peça visa desconstruir estigmas e desafiar o público a refletir sobre o papel da sociedade na reintegração dos egressos do sistema prisional, enfatizando que a verdadeira liberdade não se resume à saída física da prisão, mas também exige uma libertação interna, que só é possível com o apoio da sociedade e com projetos que visam a reabilitação desse recuperando.

O trabalho entrou em outubro de 2024 na fase de idealização e a dramaturgia está sendo construída com base nos relatos dos recuperandos e nas anotações realizadas no diário de aula. Cada narrativa compartilhada, conflitos expostos, improvisações realizadas e também os debates servem de material para a construção dramatúrgica e estética do espetáculo.

O nome “O Homem sem Celas” reflete as várias prisões invisíveis impostas pelo sistema no qual estamos todos imersos. Essas “celas” simbólicas moldam nossos corpos e mentes como se fôssemos animais de carga nos âmbitos econômico, cultural e social, forçados a um ciclo de exploração e

marginalização. Esse sistema afeta cada pessoa de maneira diferente, variando de acordo com sua posição econômica e social. A peça destaca as celas reais e figurativas: o cárcere que priva o indivíduo de sua liberdade e a prisão mental que o acompanha, mesmo além dos muros.

Essas celas, em cena, são representadas por um corpo encolhido e oprimido, que, aos poucos, começa a se erguer e se expor à luz do dia, como uma metáfora para a jornada de autodescoberta e libertação dos recuperandos. Essa transformação física e emocional não apenas reflete o percurso individual dos recuperandos, mas também estabelece um diálogo poderoso com a sociedade que estará no papel de espectadora, desafiando-a a confrontar seus próprios preconceitos e a refletir sobre o significado da liberdade.

O texto, ainda em construção, será permeado pela frase marcante que estampa os muros da APAC: “Matar o criminoso para salvar o homem.” Essa mensagem representa o cerne do processo de reabilitação: a necessidade de abandonar a identidade criminosa imposta pelo sistema para resgatar a essência humana. Cada escolha cênica está sendo planejada para que o corpo do ator revele essa mensagem em sua plenitude.

Assim, o corpo em cena deve expressar diferentes estágios da existência no cárcere: o corpo que entra, o corpo que se adapta ao confinamento, o corpo que anseia pela liberdade, o corpo que finalmente sai, mas que carrega as marcas do encarceramento, o corpo que sofre e agoniza com as cicatrizes da prisão, e, por fim, o corpo que se reabilita e busca um novo sentido para a vida.

Essa jornada física e espiritual de libertação é a missão do ator em “O Homem sem Celas”: revelar a complexidade do que significa ser libertado, não apenas fisicamente, mas também em espírito e em dignidade.

O caminho percorrido até aqui revelou não apenas novas possibilidades para os recuperandos, mas também abriu uma ponte de diálogo com a comunidade pelotense. O Projeto APAC necessita ser amplamente divulgado e fortalecido com o apoio de aliados. Estender essa pesquisa e compartilhar seus resultados com a sociedade civil são passos fundamentais para sensibilizar e engajar o público nesse processo de reabilitação.

Ao aproximar a comunidade do processo de ressocialização, esperamos construir uma nova perspectiva sobre a importância da reintegração dos

egressos. Acreditamos que esse engajamento pode contribuir para a redução dos índices de criminalidade e reincidência, promovendo uma sociedade mais justa e menos punitiva. Transformar o teatro em uma ferramenta de reabilitação é, portanto, uma ação que transcende os muros do cárcere e gera impactos positivos para todos.

A reabilitação torna-se, assim, uma responsabilidade compartilhada, em que sociedade e recuperandos caminham juntos, transformando-se mutuamente e ressignificando o que significa justiça, cidadania e esperança.

CONCLUSÃO

No contexto do atual sistema prisional, o encarceramento frequentemente transforma a pessoa em um “criminoso profissional” onde o objetivo inicial é, em grande parte, aprender a sobreviver ao ambiente hostil e aderir a um código de comportamento imposto pela prisão e por outros detentos. As histórias de vida que precedem o ato criminal são quase sempre descartadas, reduzindo o indivíduo a uma identidade de "criminoso" a ser punido, e colocando a prisão como única responsável pela “reeducação”. No entanto, o suporte mínimo oferecido pelo Estado, aliado à falta de programas de reabilitação consistentes, torna o processo ilusório. Mesmo com as melhores intenções de diretores de presídios e outras lideranças, a reabilitação exige mais do que punição; ela necessita de participação ativa tanto do recuperando quanto da sociedade civil que um dia o acolherá de volta (Concilio, 2008).

Como Concilio (2008) aponta, em vez de afirmar que a prisão falha em reduzir a criminalidade, poderíamos entender que ela “obtém sucesso em produzir delinquência.” Nesse cenário, organizações como a APAC, que desenvolvem projetos em parceria com entidades como a FUNAP, junto ao apoio público e privado, emergem como agentes essenciais de transformação, demonstrando que abordagens alternativas podem reduzir significativamente os índices de reincidência e fornecer caminhos reais de reintegração.

Ao somar o Teatro do Oprimido de Boal ao processo de reabilitação, é possível ir além da reeducação formal e oferecer algo mais profundo: uma vivência que permite ao recuperando ensaiar, refletir e experimentar novas formas de ser e de se relacionar com o mundo. Esse reencontro com a própria

humanidade e identidade permite que ele construa uma nova perspectiva para sua reinserção social, reforçando sua capacidade de escolha e autonomia.

Quando entrei na sala para ministrar aulas de teatro a um grupo de mais de 20 recuperandos e apresentei a ideia de liberdade criativa, iniciava um percurso que ia na contramão das condições rígidas do sistema prisional. Sabia que seria um desafio propor reflexões e provocações tão sensíveis para pessoas vivendo em situações extremas, mas percebi que, ao desafiar os recuperandos a se expressarem e explorarem suas histórias, algo se ressignificava. Ver aqueles mesmos indivíduos, que inicialmente reagiam com desconfiança e deboche, gradualmente se aprofundando em suas narrativas e trabalhando em cooperação nos exercícios do Teatro do Oprimido, demonstrou o potencial dessa abordagem.

Essa experiência de transformação levou à resposta que buscamos ao iniciar este projeto: Sim, o teatro pode ser um caminho poderoso para a reabilitação, mas não sozinho, necessita-se aporte e estrutura por parte do estado e de organizações que trabalham com a pena desses indivíduos. O teatro é mais do que uma técnica; é uma experiência rica em reflexão e troca, um encontro de narrativas que se revelam como matéria-prima valiosa para a reabilitação e valorizar isso no processo de reabilitação.

A reabilitação, portanto, não deve ser vista como um impulso momentâneo, mas como uma construção contínua e sustentada. Atividades educativas e de reflexão, como o teatro, oferecem mais do que conhecimento técnico, elas oferecem uma plataforma para que os recuperandos ressignifiquem sua própria história e desenvolvam um novo sentido de identidade e propósito. Esse processo de mudança não é apenas técnico, mas emocional e social, permitindo que os recuperandos se reconectem com uma vida de possibilidades e esperança de reconciliação. Conforme diz Concilio (2008) “por um momento o artista, e não o preso, está em primeiro plano”.

Ao contrário de Concilio, Maria Rita Freire e outros autores citados, na APAC não encontrei o sistema como ele é em sua raiz dentro dos presídios. Pelo contrário, me deparei com um ambiente que embora repleto de regras e possuindo celas, possui pilares muito bem definidos e determinados na reabilitação desse recuperando, o que também contribui e facilita a expansão de

iniciativas para trabalhar e somar com esse projeto. Ao que tange o sistema prisional e as leis de execução penal, deve-se absorver e aprender com projetos como estes, também reproduzi-los em grande escala para que os índices de criminalidade e de reincidência diminuam e para agir ativamente no processo de transformação social. Não ignora-se o crime, prepare-se o ser humano para não voltar a ser criminoso e prejudicar a sua existência e a de outro. As penas em nosso país são finitas e crimes graves são pagos em alguns anos de privação da liberdade, e se for somente essa a punição, estaríamos à mercê da sorte e da fé.

A experiência de ver os recuperandos, antes desmotivados, se engajarem e refletirem sobre suas próprias histórias confirma o potencial do teatro como ferramenta de transformação. Quando oferecemos um espaço de diálogo e reflexão em meio ao cárcere, estamos promovendo uma forma de justiça restaurativa, uma possibilidade de recomeço. Esse trabalho é um testemunho de que a reabilitação real requer a criação de contextos nos quais a ressignificação e a reconciliação são possíveis, permitindo que esses homens reconstruam suas trajetórias e se reintegrem à sociedade com um novo sentido de valor e de pertencimento.

REFERÊNCIAS

ANDARI, Luísa Fedrizzi el. Sistema Laban/Bartenieff de análise de movimento: Grandes Temas - Caminhos para uma Prática Criativa de Dança na Educação Infantil. **Revista da FUNDARTE**, Montenegro, p.529-544, ano 2019, nº 37, Janeiro/Março. Disponível em: <http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/index> Acesso em> 30 mar. 2024.

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1991.

O Arco- Íris do Desejo: Método Boal de Teatro Terapia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

Jogos para atores e não- atores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BRASIL, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei N.º 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm Acesso em 10 out. 2024.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Relatório de indicadores penitenciários: 2º semestre de 2023**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-2-semestre-de-2023.pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

CONECTAS. **Regras de Mandela**: os problemas do sistema carcerário brasileiro. *Conectas Direitos Humanos*, [s.l.], 16 ago. 2023. Disponível em: https://www.conectas.org/noticias/regras-de-mandela-os-problemas-do-sistema-carcerario-brasileiro?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwt4a2BhD6ARIsALgH7DreTrPf6mWCg-2sMpmWMaPCXG-yb4b4GF7gLoaGg7M9J5lw_TsUgfoaAs5MEALw_wcB. Acesso em: 18 ago. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Regras de Mandela**: regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos/ Conselho Nacional de Justiça; Coordenação: Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi - Brasília: CNJ, 2016. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/a9426e51735a4d0d8501f06a4ba8b4de.pdf> Acesso em: 10 out. 2024.

CONCILIO, Vicente. **Teatro e prisão: Dilemas da liberdade** artística. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

Teatro e Prisão: o Núcleo Panóptico de Teatro e os resultados de um diálogo improvável, mas possível. **Urdimento** - Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 1, n. 7, p. 145–156, 2005. Disponível em: www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/1414573101072005145 Acesso em: 1 nov. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MACHADO, Nicaela Olímpia; GUIMARÃES, Issac Sabbá. A Realidade do Sistema Prisional

Brasileiro e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica.** Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 5, n.1, p. 566-581, 1º Trimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/ricc Acesso em: out. 2024.

MIRABETE, J.F, FABBRINI, R.N. **Execução Penal - Comentários À Lei N° 7.210, de 11-7-84.** São Paulo: Editora Foco, 2008.

PAIXÃO, A. L. **Recuperar ou punir? Como o Estado trata o criminoso.** São Paulo: Cortez, 1991.

PATRIOTA, R. **Ruth Escobar e a cena teatral brasileira da década de 1970 - Exercícios de liberdade e práticas de resistência.** v. 1 n. 1 (2018): Pontes entre a Europa e América Latina (XIX-XXI). Rio de Janeiro, 2018

PEIXOTO, Fernando. **O que é teatro.** São Paulo: editora brasiliense s.a, 1980.

PUPO, Maria de Souza Barros. Jogos teatrais na sala de aula: um manual para o professor. **Fênix - Revista De História E Estudos Culturais**, 7(1), 1–4. 2010. Disponível em: www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/250 Acesso em: 10 out. 2024

SPOLIN, V. **Jogos teatrais: o fichário de Viola Spolin.** 2. ed. Tradução Ingrid Dormien Koudela, São Paulo: Perspectiva, 2008b.

Jogos teatrais na sala de aula: um manual para o professor. Tradução Ingrid Dormien Koudela, São Paulo: Perspectivas; 2008a.

Apêndice 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisador responsável:

Instituição:

Endereço:

Telefone (aceito ligação à cobrar e contato via WhatsApp):

Concordo em participar do estudo “*CENAS DO CÁRCERE: Teatralidades em busca da reabilitação de pessoas em situação prisional*”. Estou ciente de que estou sendo convidado a participar voluntariamente do mesmo.

PROCEDIMENTOS: Fui informado(a) de que o objetivo geral será minha participação nas aulas de teatro, com o intuito de promover a reabilitação por meio de jogos teatrais. Os resultados serão mantidos em sigilo e utilizados exclusivamente para fins de pesquisa. Estou ciente de que minha participação envolverá comparecimento às aulas de teatro, realizadas todas as segundas-feiras, com duração de até 2 horas. Durante as aulas, vivenciarei experiências de reflexão, confronto e enfrentamento de situações que surgirem a partir dos jogos.

RISCOS E POSSÍVEIS REAÇÕES: Conforme a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, toda pesquisa envolvendo seres humanos apresenta riscos de diferentes tipos e intensidades. Quanto mais elevados e evidentes os riscos, maiores devem ser as precauções tomadas para minimizá-los e a proteção oferecida pelo Sistema CEP/CONEP aos participantes. Fui informado(a) de que os riscos envolvidos na minha participação são mínimos, estando principalmente relacionados à exposição de possíveis dores emocionais, conectadas à reflexão sobre minha jornada de vida até o momento.

BENEFÍCIOS: A participação neste estudo oferece a oportunidade de contribuir ativamente para a construção de um sistema de execução penal mais humanizado e voltado para a reabilitação dos presos. Ao participar das atividades propostas, você estará promovendo a adoção de práticas que visam à transformação pessoal e social dos indivíduos em situação de privação de liberdade, com o objetivo de prepará-los para uma reinserção na sociedade de forma mais saudável e produtiva. Além disso, o estudo visa fortalecer a

perspectiva de que o sistema prisional não deve se limitar à punição, mas sim proporcionar meios efetivos de reabilitação, ressocialização e desenvolvimento pessoal. Dessa maneira, você estará ajudando a promover mudanças que impactam tanto o sistema penal quanto a sociedade, ao contribuir para que os presos retornem ao convívio social "melhores" do que quando ingressaram, mais preparados para enfrentar os desafios da vida em liberdade e menos propensos a reincidir em comportamentos delituosos.

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA: Como já me foi dito, minha participação neste estudo será voluntária e poderei interrompê-la a qualquer momento.

DESPESAS: Eu não terei que pagar por nenhum dos procedimentos, nem receberei compensações financeiras.

CONFIDENCIALIDADE: Estou ciente que a minha identidade permanecerá confidencial durante todas as etapas do estudo.

CONSENTIMENTO: Recebi claras explicações sobre o estudo, todas registradas neste formulário de consentimento. Os investigadores do estudo responderam e responderão, em qualquer etapa do estudo, a todas as minhas perguntas, até a minha completa satisfação. Portanto, estou de acordo em participar do estudo. Este Formulário de Consentimento Pré-Informado será assinado por mim e arquivado na instituição responsável pela pesquisa.

Nome do participante/representante legal: _____
Identidade: _____

ASSINATURA: _____ DATA: ____ / ____ / ____

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO INVESTIGADOR: Expliquei a natureza, objetivos, riscos e benefícios deste estudo. Coloquei-me à disposição para perguntas e as respondi em sua totalidade. O participante compreendeu minha explicação e aceitou, sem imposições, assinar este consentimento. Tenho como compromisso utilizar os dados e o material coletado para a publicação de relatórios e artigos científicos referentes a essa pesquisa. Se o participante tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, pode entrar em

contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ESEF/UFPel – Rua Luís de Camões, 625 – CEP: 96055-630 - Pelotas/RS; Telefone:(53)3284-4332.

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL